

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	11
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	12
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	13
Demonstração de Valor Adicionado	14
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	16
Notas Explicativas	45

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	88
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	91
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	92

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.962.381.424
Preferenciais	0
Total	2.962.381.424
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	2.528.364	2.368.004	2.391.050
1.01	Ativo Circulante	757.902	616.608	618.386
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	267.916	476.497	544.238
1.01.02	Aplicações Financeiras	452.084	92.481	21.343
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	452.084	92.481	21.343
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	388.073	59.966	3.261
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras Vinculadas	64.011	32.515	18.082
1.01.03	Contas a Receber	20.170	31.318	31.473
1.01.03.01	Clientes	20.161	31.317	31.209
1.01.03.01.01	Contas a Receber	20.161	31.317	31.209
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	9	1	264
1.01.03.02.01	Contas a receber Partes Relacionadas	9	1	264
1.01.06	Tributos a Recuperar	12.615	11.540	16.069
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	12.615	11.540	16.069
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	12.560	11.540	16.069
1.01.06.01.02	Antecipação de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre lucros	55	0	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.582	3.418	3.819
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	4.582	3.418	3.819
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	535	1.354	1.444
1.01.08.03	Outros	535	1.354	1.444
1.01.08.03.02	Outros Créditos	535	1.354	1.444
1.02	Ativo Não Circulante	1.770.462	1.751.396	1.772.664
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	161.501	189.643	185.043
1.02.01.04	Contas a Receber	165	1.223	3.550
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	165	1.223	3.550
1.02.01.07	Tributos Diferidos	152.136	152.136	143.284
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	152.136	152.136	143.284
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	4.228	4.805	5.466

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.972	31.479	32.743
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	4.972	17.694	17.708
1.02.01.10.05	Adiantamentos a Fornecedor	0	13.785	15.035
1.02.03	Imobilizado	36.086	19.371	33.484
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.426	6.949	8.443
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	30.660	12.422	25.041
1.02.04	Intangível	1.572.875	1.542.382	1.554.137
1.02.04.01	Intangíveis	1.572.875	1.542.382	1.554.137
1.02.04.01.02	Intangível	1.512.012	1.348.495	1.421.592
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	60.863	193.887	132.545

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	2.528.364	2.368.004	2.391.050
2.01	Passivo Circulante	259.095	220.656	267.647
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.431	9.739	9.794
2.01.01.01	Obrigações Sociais	9.431	9.739	9.794
2.01.02	Fornecedores	25.743	32.560	48.045
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	25.743	32.560	48.045
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.004	8.773	7.759
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.004	8.773	7.759
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	482	66	0
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais	9.522	8.707	7.759
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	134.584	17.202	15.719
2.01.04.02	Debêntures	134.584	17.202	15.719
2.01.05	Outras Obrigações	50.167	43.396	47.141
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	10.655	6.599	4.420
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	10.655	6.599	4.420
2.01.05.02	Outros	39.512	36.797	42.721
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	16.380	15.202	14.770
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	12.668	6.467	9.247
2.01.05.02.08	Taxa de fiscalização	1.778	1.698	1.621
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	8.686	13.430	17.083
2.01.06	Provisões	29.166	108.986	139.189
2.01.06.02	Outras Provisões	29.166	108.986	139.189
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	29.166	31.040	49.065
2.01.06.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovias	0	77.946	90.124
2.02	Passivo Não Circulante	1.335.284	1.270.331	1.214.308
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.029.691	1.094.322	1.039.152
2.02.01.02	Debêntures	1.029.691	1.094.322	1.039.152
2.02.02	Outras Obrigações	174.768	131.663	127.082

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	141.354	124.000	111.985
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	141.354	124.000	111.985
2.02.02.02	Outros	33.414	7.663	15.097
2.02.02.02.06	Obrigações fiscais	10.208	7.146	5.026
2.02.02.02.08	Arrendamento mercantil a pagar	23.206	517	10.071
2.02.04	Provisões	130.825	44.346	48.074
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.005	4.062	8.175
2.02.04.01.05	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	2.005	4.062	8.175
2.02.04.02	Outras Provisões	128.820	40.284	39.899
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	38.499	34.420	39.899
2.02.04.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovias	90.321	5.864	0
2.03	Patrimônio Líquido	933.985	877.017	909.095
2.03.01	Capital Social Realizado	1.733.585	1.733.585	1.733.585
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-799.600	-856.568	-824.490

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	766.690	753.238	743.065
3.01.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	553.186	511.180	459.635
3.01.02	Receita de serviços de construção	213.504	242.058	283.430
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-603.487	-595.223	-606.536
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-389.983	-353.165	-323.106
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-213.504	-242.058	-283.430
3.03	Resultado Bruto	163.203	158.015	136.529
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-32.191	-122.246	-47.381
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-37.494	-31.158	-33.737
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-37.940	-30.579	-33.471
3.04.02.04	Reversão (provisão) para perdas esperadas	446	-579	-266
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	0	-94.150	-16.656
3.04.03.01	Provisão para redução ao valor recuperável	0	-94.150	-16.656
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5.303	3.062	3.012
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	131.012	35.769	89.148
3.06	Resultado Financeiro	-68.051	-76.479	-75.935
3.06.01	Receitas Financeiras	87.138	57.338	74.301
3.06.01.01	Receitas Financeiras	87.138	57.338	74.298
3.06.01.02	Variação Cambial Líquida	0	0	3
3.06.02	Despesas Financeiras	-155.189	-133.817	-150.236
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-155.169	-133.811	-150.236
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	-20	-6	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	62.961	-40.710	13.213
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.993	8.632	32.680
3.08.01	Corrente	-5.993	-220	0
3.08.02	Diferido	0	8.852	32.680
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	56.968	-32.078	45.893
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	56.968	-32.078	45.893

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,0192	-0,013	0,0186
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,0192	-0,013	0,0186

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	56.968	-32.078	45.893
4.03	Resultado Abrangente do Período	56.968	-32.078	45.893

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	372.904	273.584	293.739
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	461.698	397.550	375.526
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	56.968	-32.078	45.893
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	217.067	187.963	162.797
6.01.01.03	(Reversão) provisão para perdas esperadas	-446	579	266
6.01.01.04	Baixa de ativos permanentes	234	71	26
6.01.01.05	Baixa de ativos por direito de uso	0	0	2.049
6.01.01.06	Provisão para redução ao valor recuperável	0	94.150	16.656
6.01.01.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	-8.852	-32.680
6.01.01.09	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-3.456	-1.918	-2.641
6.01.01.10	Juros e Variações Monetárias Líquidas sobre Debêntures privadas	20.416	14.136	36.170
6.01.01.12	Juros e variações monetárias sobre Debêntures	119.306	107.952	101.032
6.01.01.14	Despesas (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	10.480	6.595	8.246
6.01.01.15	Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	7.383	1.944	7.323
6.01.01.16	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	71	776	324
6.01.01.17	Constituição de provisão para manutenção	33.675	26.232	30.065
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-88.794	-123.966	-81.787
6.01.02.01	Contas a receber	12.660	1.640	-1.834
6.01.02.02	Contas a receber - Partes Relacionadas	-8	263	43
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-587	1.062	418
6.01.02.05	Impostos a recuperar	918	5.754	-9.546
6.01.02.06	Outros créditos	13.367	94	-786
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-2.116	14	74
6.01.02.09	Fornecedores	-10.114	-7.396	59.351
6.01.02.10	Fornecedores - Partes Relacionadas	680	1.708	351
6.01.02.11	Cauções contratuais de fornecedores	2.236	-450	282
6.01.02.12	Obrigações sociais	-308	-55	-238
6.01.02.13	Obrigações fiscais	3.330	1.965	-2.129

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-1.286	0	0
6.01.02.15	Taxa de fiscalização	80	77	82
6.01.02.16	Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	-9.511	-6.833	-5.208
6.01.02.17	Utilização de provisão de manutenção	-36.125	-53.991	-61.118
6.01.02.18	Custo de transação - empréstimo	2.896	2.904	2.897
6.01.02.19	Pagamento de juros	-71.107	-67.942	-66.181
6.01.02.20	Outras contas a pagar	6.201	-2.780	1.755
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-557.942	-321.253	-139.089
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-273	-200	-568
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-199.529	-250.608	-327.783
6.02.03	Aplicação financeira vinculada	-100.021	-73.135	-87.861
6.02.04	Valor resgatado das aplicações vinculadas	69.988	59.395	71.251
6.02.10	Aplicação Financeira	-328.107	-56.705	205.872
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-23.543	-20.072	-22.995
6.03.03	Pagamento arrendamento mercantil	-23.543	-20.072	-22.995
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-208.581	-67.741	131.655
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	476.497	544.238	412.583
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	267.916	476.497	544.238

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.733.585	0	0	-856.568	0	877.017
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.733.585	0	0	-856.568	0	877.017
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	56.968	0	56.968
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	56.968	0	56.968
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.733.585	0	0	-799.600	0	933.985

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.733.585	0	0	-824.490	0	909.095
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.733.585	0	0	-824.490	0	909.095
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-32.078	0	-32.078
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-32.078	0	-32.078
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.733.585	0	0	-856.568	0	877.017

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.513.585	0	0	-870.383	0	643.202
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.513.585	0	0	-870.383	0	643.202
5.04	Transações de Capital com os Sócios	220.000	0	0	0	0	220.000
5.04.01	Aumentos de Capital	220.000	0	0	0	0	220.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	45.893	0	45.893
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	45.893	0	45.893
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.733.585	0	0	-824.490	0	909.095

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	825.792	817.798	799.580
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	583.517	540.439	481.537
7.01.02	Outras Receitas	242.275	277.359	318.043
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	213.504	242.058	283.430
7.01.02.02	Outras receitas	27.115	21.562	23.758
7.01.02.03	Juros Capitalizados	1.656	13.739	10.855
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-361.907	-472.769	-439.129
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-49.501	-52.414	-47.581
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-26.426	-25.831	-40.942
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-94.150	0
7.02.04	Outros	-285.980	-300.374	-350.606
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-213.504	-242.058	-283.430
7.02.04.02	Custo da Concessão	-26.484	-26.456	-25.874
7.02.04.03	Custos de Provisão de Manutenção em Rodovias	-33.675	-26.232	-30.065
7.02.04.04	Outros	-12.317	-5.628	-11.237
7.03	Valor Adicionado Bruto	463.885	345.029	360.451
7.04	Retenções	-217.067	-187.963	-162.797
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-217.067	-187.963	-162.797
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	246.818	157.066	197.654
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	87.118	57.332	74.301
7.06.02	Receitas Financeiras	87.138	57.338	74.298
7.06.03	Outros	-20	-6	3
7.06.03.04	Outros	-20	-6	3
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	333.936	214.398	271.955
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	333.936	214.398	271.955
7.08.01	Pessoal	62.837	59.985	55.087
7.08.01.01	Remuneração Direta	46.266	45.015	40.942
7.08.01.02	Benefícios	13.470	12.124	11.274

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.101	2.846	2.871
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	58.001	39.462	10.377
7.08.02.01	Federais	28.744	12.388	-13.760
7.08.02.02	Estaduais	4	2	9
7.08.02.03	Municipais	29.253	27.072	24.128
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	156.130	132.893	124.428
7.08.03.01	Juros	119.306	107.952	101.032
7.08.03.02	Aluguéis	-55	15	102
7.08.03.03	Outras	36.879	24.926	23.294
7.08.03.03.02	Juros capitalizados Debêntures	1.656	13.739	10.855
7.08.03.03.04	Outras	14.807	11.187	12.439
7.08.03.03.05	Juros - debêntures privadas	20.416	0	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	56.968	-32.078	45.893
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	56.968	-32.078	45.893
7.08.05	Outros	0	14.136	36.170
7.08.05.01	Juros Debêntures privadas	0	14.136	36.170

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Pouso Alegre, 27 de fevereiro de 2026 – Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Fernão Dias S.A. ("Companhia" ou "Fernão Dias") apresenta aos seus investidores e ao mercado o Relatório da Administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 ("2025").

As informações financeiras e operacionais a seguir, salvo indicação em contrário, estão em conformidade com a Legislação Societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e dados não constantes no balanço patrimonial, demonstração de resultados e notas explicativas das demonstrações contábeis não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

Nos termos da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, as informações contidas no Relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. ("Deloitte") sobre o presente Relatório da Administração, bem como as respectivas demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

INTRODUÇÃO

A Autopista Fernão Dias S.A. ("Companhia" ou "Fernão Dias"), concessionária controlada pela Arteris S.A., é responsável pela administração de 562,1 km da rodovia BR-381, eixo estratégico que conecta os polos econômicos de São Paulo (SP) e Belo Horizonte (MG). A concessão, firmada com a União por meio da ANTT, teve início em 2008 e possui vigência até 2033.

A malha rodoviária administrada pela Companhia atravessa 34 municípios nos estados de São Paulo e Minas Gerais, com forte relevância logística e econômica, atendendo a setores como indústria, comércio, agronegócio e serviços. A rodovia é 100% duplicada ou possui terceira faixa, e conta com 8 praças de pedágio em operação. O perfil de tráfego é majoritariamente composto por veículos pesados, que representam cerca de 70% do volume total, evidenciando sua importância para o transporte de cargas na região Sudeste.

A operação da Fernão Dias é marcada por investimentos contínuos em infraestrutura, segurança viária e atendimento ao usuário, com serviços como socorro médico e mecânico, inspeção de tráfego e atendimento 24 horas. A robustez do tráfego, aliada à previsibilidade contratual e à relevância estratégica da concessão, sustenta a geração de caixa e reforça a atratividade do ativo no portfólio da Arteris.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS – 2025

Tráfego Pedagiado

A Companhia apresentou crescimento de **4,2%** no tráfego no exercício de 2025, com **194,1 milhões de veículos equivalentes**. O *mix* de veículos equivalentes foi de **71,9%** do tráfego representado por veículos pesados e **28,1%** por veículos de leves.

Receita de Pedágio

A receita de pedágio da Companhia totalizou **R\$ 583,5 milhões** em 2025, com crescimento de **8,0%** em relação ao ano anterior.

EBITDA Ajustado e Margem

O **EBITDA Ajustado** totalizou **R\$ 381,8 milhões**, acréscimo de **10,9%**, com uma margem de **69,0%**, evolução de **1,7** p.p.

DESEMPENHO OPERACIONAL

TRÁFEGO PEDAGIADO

Veículos Equivalentes (Mil)	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Total	49.627	48.114	3,1%	194.061	186.161	4,2%
Leves	14.471	13.774	5,1%	54.617	53.111	2,8%
Pesados	35.156	34.341	2,4%	139.444	133.050	4,8%

Em 2025, a Fernão Dias registrou 194,1 milhões de veículos equivalentes, com crescimento de 4,2% em relação ao ano de 2024. O *mix* de tráfego manteve-se concentrado em veículos pesados, que representaram 71,9% do total, enquanto os veículos leves corresponderam a 28,1%.

O desempenho no trimestre foi impulsionado por dois fatores principais:

- Veículos leves: crescimento de 2,8%, favorecido pelos eventos regionais, feriados prolongados e viagens de início e fim de ano.
- Veículos pesados: aumento de 4,8%, refletindo o bom desempenho das exportações, minérios de cobre e café, além do início da cobrança do eixo suspenso (MDF-e) a partir de maio/24.

No comparativo trimestral, o tráfego totalizou 49,6 milhões de veículos equivalentes no 4T25, alta de 3,1% frente ao 4T24. O crescimento foi puxado principalmente pelos veículos leves, com avanço de 5,1%, enquanto os veículos pesados apresentaram aumento de 2,4%.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (R\$/Veic. Equiv.)	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Tarifa Média	3,02	2,91	3,9%	3,01	2,90	3,6%

A tarifa média da Fernão Dias em 2025 foi de R\$ 3,01, representando um aumento de 3,6% em relação ao ano de 2024. No comparativo trimestral, a tarifa manteve-se no patamar, com crescimento de 3,9% frente ao 4T24.

A variação reflete os reajustes tarifários anuais previstos contratualmente, com data-base em dezembro, e calculados com base na variação do IPCA acumulado no período, conforme estipulado no contrato de concessão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

R\$ mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Receita Bruta	207.705	194.769	6,6%	818.599	800.976	2,2%
Receitas de pedágio	150.120	140.029	7,2%	583.517	540.439	8,0%
Receitas de construção	53.174	51.866	2,5%	213.504	242.058	(11,8%)
Outras Receitas	4.411	2.874	53,5%	21.578	18.479	16,8%
Deduções	(13.210)	(12.378)	6,7%	(51.909)	(47.738)	8,7%
Receita Operacional Líquida	194.495	182.391	6,6%	766.690	753.238	1,8%
Receita Operacional Líquida Ajustada ¹	141.321	130.525	8,3%	980.194	995.296	(1,5%)

1: Excluindo a Receita de Construção

Receita de Pedágio

A receita bruta de pedágio da Fernão Dias totalizou R\$ 583,5 milhões em 2025, um crescimento de 8,0% em relação ao ano de 2024. Esse desempenho reflete, principalmente, o impacto positivo dos reajustes tarifários contratuais e o aumento do tráfego na rodovia, além da implementação da cobrança do eixo suspenso (MDF-e) a partir de maio de 2024.

No comparativo trimestral, a receita atingiu R\$ 150,1 milhões no 4T25, representando uma alta de 7,2% frente ao 4T24.

Receitas de Construção

As receitas de construção totalizaram R\$ 213,5 milhões no exercício de 2025, representando uma redução de 11,8% em relação ao ano de 2024. No comparativo trimestral, o valor foi de R\$ 53,2 milhões no 4T25, aumento de 2,5% comparado ao 4T24. Essa linha representa um ajuste contábil, e não possui impacto no caixa da Companhia.

Outras Receitas

As outras receitas totalizaram R\$ 21,6 milhões no exercício de 2025, crescimento de 16,8% em relação ao ano de 2024. No comparativo trimestral, o valor foi de R\$ 4,4 milhões no 4T25, alta de 53,5% na comparação com o 4T24.

O desempenho positivo reflete os reajustes contratuais aplicados no período, além da maior realização de receitas com a exploração de cabos ópticos e metálicos, bem como com painéis publicitários ao longo da rodovia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



CUSTOS E DESPESAS

R\$ mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(46.646)	(43.537)	7,1%	(171.432)	(167.067)	2,6%
Pessoal	(16.693)	(17.960)	(7,1%)	(62.836)	(59.988)	4,7%
Conservação	(6.842)	(5.597)	22,2%	(21.853)	(19.876)	9,9%
Serviços de terceiros	(9.326)	(8.922)	4,5%	(31.780)	(35.646)	(10,8%)
Seguros e garantias	(1.366)	(1.564)	(12,7%)	(5.503)	(6.052)	(9,1%)
Verba de fiscalização	(5.270)	(5.028)	4,8%	(20.980)	(20.008)	4,9%
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscal	(616)	2.154	(128,6%)	(7.383)	(1.944)	279,8%
Outros	(6.533)	(6.620)	(1,3%)	(21.097)	(23.553)	(10,4%)
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(119.295)	(201.618)	(40,8%)	(464.246)	(550.402)	(15,7%)
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-	(94.149)	(100,0%)	-	(94.149)	(100,0%)
Custo dos serviços de construção	(53.174)	(51.866)	2,5%	(213.504)	(242.058)	(11,8%)
Provisão p/ manutenção em rodovias	(8.325)	(6.595)	26,2%	(33.675)	(26.232)	28,4%
Depreciação e Amortização	(57.796)	(49.008)	17,9%	(217.067)	(187.963)	15,5%
Custos e Despesas Operacionais	(165.941)	(245.155)	(32,3%)	(635.678)	(717.469)	(11,4%)

Em 2025, os custos e despesas operacionais da Fernão Dias totalizaram R\$ 635,7 milhões, representando uma redução de 11,4% em relação ao ano de 2024. No comparativo trimestral, o valor foi de R\$ 165,9 milhões no 4T25, queda de 32,3% frente ao mesmo período do ano anterior. A redução se dá, principalmente, pela ausência de reconhecimento de Provisão para Redução ao Valor Recuperável no ano de 2025 e redução dos Custos dos serviços de Construção na comparação dos anos.

Ao desconsiderar os efeitos não caixa — como custo dos serviços de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização — os custos e despesas operacionais com impacto caixa somaram R\$ 171,4 milhões no exercício de 2025, aumento de 2,6% em relação ao ano de 2024. No comparativo trimestral, o total foi de R\$ 46,6 milhões no 4T25, aumento de 7,1% em relação ao 4T24.

As principais variações no trimestre foram:

- Pessoal: aumento de 4,7%, totalizando R\$ 62,8 milhões, impulsionado pela aplicação de acordo coletivo de 4,87% em março/25 e reajuste do plano de saúde.
- Serviços de terceiros: retração de 10,8%, devido à eficiência na renegociação com o fornecedor de serviços de APH.
- Verba de fiscalização: aumento de 4,9% devido a reajuste inflacionário.
- Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais: aumento nominal de R\$ 5,4 milhões, influenciada pelo aumento das provisões cíveis e trabalhistas no período.
- Custo dos serviços de construção: redução de 11,8%, métrica contábil que não possui efeito caixa e é integralmente compensada com as receitas de construções;

A Companhia segue com foco na disciplina de custos e na eficiência operacional, assegurando a continuidade dos serviços com qualidade e segurança.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



EBITDA E EBITDA AJUSTADO

R\$ mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	13.173	(78.285)	(116,8%)	56.968	(32.078)	(277,6%)
(+) Depreciação e Amortização	57.796	49.008	17,9%	217.067	187.963	15,5%
(+) Resultado Financeiro	12.647	24.153	(47,6%)	68.051	76.479	(11,0%)
(+) IR e CSLL	2.734	(8.632)	(131,7%)	5.993	(8.632)	(169,4%)
EBITDA¹	86.350	(13.756)	(727,7%)	348.079	223.732	55,6%
Margem EBITDA ²	61,1%	(10,5%)	71,6 p.p.	62,9%	43,8%	19,2 p.p.
(+) Provisão para Manut. De Rodovias	8.325	6.595	26,2%	33.675	26.232	28,4%
(+) Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-	94.149	(100,0%)	-	94.149	(100,0%)
EBITDA Ajustado³	94.675	86.988	8,8%	381.754	344.113	10,9%
Margem EBITDA Ajustada ²	67,0%	66,6%	0,3 p.p.	69,0%	67,3%	1,7 p.p.

1: EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

3: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício

No exercício de 2025, o EBITDA da Fernão Dias totalizou R\$ 348,1 milhões, alta de 55,6% em relação ao ano de 2024, com margem de 62,9%. No comparativo trimestral, o EBITDA somou R\$ 86,3 milhões no 4T25, frente ao prejuízo de R\$ 13,8 milhões no 4T24.

O EBITDA Ajustado, que exclui efeitos contábeis sem impacto caixa, como a reversão da provisão para manutenção de rodovias e a provisão para redução ao valor recuperável, atingiu R\$ 381,8 milhões em 2025, avanço de 10,9% e margem de 69,0%. No comparativo trimestral, o indicador alcançou R\$ 94,7 milhões no 4T25, incremento de 8,8%. O desempenho reflete, principalmente, o aumento da receita de pedágio, impulsionada pelo reajuste tarifário e pelo crescimento do tráfego no período.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Depreciação e Amortização	57.796	49.008	17,9%	217.067	187.963	15,5%

A linha de depreciação e amortização totalizou R\$ 217,1 milhões em 2025, representando um aumento de 15,5% em relação ao ano de 2025. No comparativo trimestral, o valor foi de R\$ 57,8 milhões no 4T25, crescimento de 17,9% frente ao 4T24. A variação reflete, principalmente, a evolução da base de ativos intangíveis e imobilizados, em linha com os investimentos realizados pela Companhia na modernização e manutenção da infraestrutura da rodovia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Resultado Financeiro	(12.647)	(24.153)	(47,6%)	(68.051)	(76.479)	(11,0%)
Receitas financeiras	25.996	14.373	80,9%	87.138	61.909	40,8%
Despesas financeiras	(38.623)	(38.526)	0,3%	(155.169)	(138.382)	12,1%
Variação cambial, líq.	(20)	-	-	(20)	(6)	233,3%

Em 2025, a Fernão Dias apresentou despesa financeira líquida de R\$ 68,1 milhões, redução de 11,0% em relação ao ano de 2024. A queda é explicada pelo aumento das receitas financeiras (+40,8%), que totalizaram R\$ 87,1 milhões, impulsionadas por maior saldo de aplicações e elevação das taxas de juros médias. Por outro lado, as despesas financeiras somaram R\$ 155,2 milhões, crescimento de 12,1% frente ao ano anterior, refletindo o aumento do IPCA no período.

No comparativo trimestral, o resultado financeiro líquido foi de uma despesa de R\$ 12,6 milhões, queda de 47,6% em relação ao 4T24. As receitas financeiras cresceram 80,9%, totalizando R\$ 26,0 milhões, enquanto as despesas financeiras atingiram R\$ 38,6 milhões, movimento em linha comparado ao 4T24.

IR e CSLL

R\$ mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
IR e CSLL	(2.734)	8.632	(131,7%)	(5.993)	8.632	(169,4%)
Corrente	-	(220)	(100,0%)	-	(220)	(100,0%)
Diferido	(2.734)	8.852	(130,9%)	(5.993)	8.852	(167,7%)

A Fernão Dias apurou despesa de IR e CSLL de R\$ 2,7 milhões no 4T25, na comparação com receita de R\$ 8,6 milhões no 4T24. No exercício de 2025, registrou-se despesa de R\$ 6,0 milhões, em relação à receita de R\$ 8,6 milhões em 2024.

O movimento foi integralmente explicado pelo imposto diferido — não houve imposto corrente nos períodos — refletindo a reversão/consumo de ativos fiscais diferidos reconhecidos em 2024 e a constituição de passivos fiscais diferidos em 2025, à medida que evoluíram as diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal. Trata-se de efeitos contábeis (não caixa).

RESULTADO LÍQUIDO

R\$ mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Resultado Líquido	13.173	(78.285)	(116,8%)	56.968	(32.078)	(277,6%)

A Fernão Dias encerrou o exercício de 2025 com lucro líquido de R\$ 57,0 milhões, em relação ao prejuízo de R\$ 32,1 milhões em 2024. No 4T25, o lucro líquido foi de R\$ 13,2 milhões, na comparação com o prejuízo de R\$ 78,3 milhões no 4T24. A virada do resultado decorre, principalmente, (i) da ausência de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) em 2025 e (ii) de um resultado financeiro menos pressionado no período.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



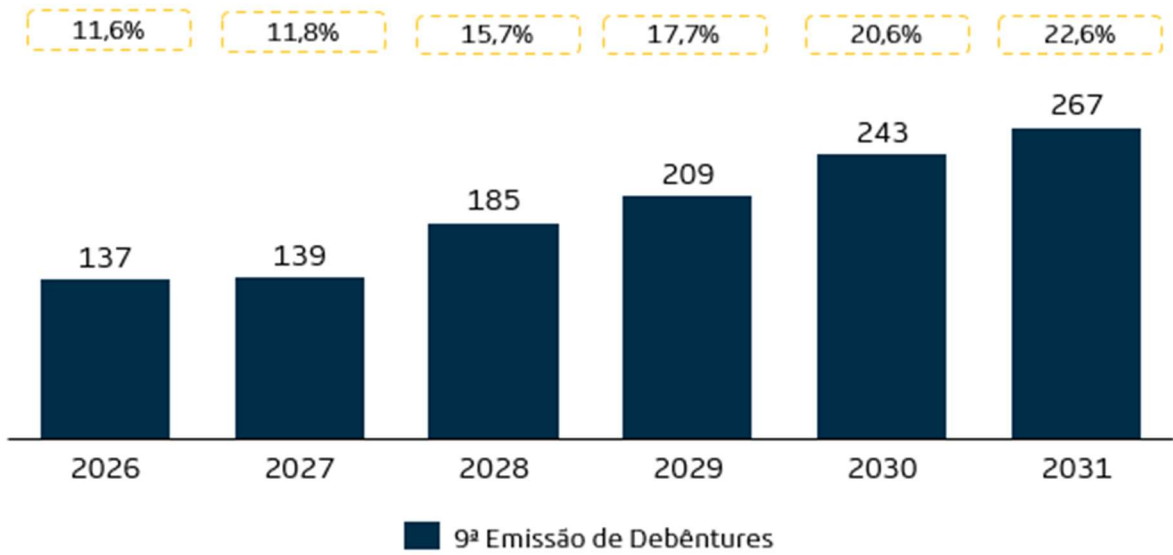
ENDIVIDAMENTO

R\$ mil	4T25	3T25	Δ%
Dívida Bruta	1.164.275	1.134.739	2,6%
Curto Prazo	134.584	114.033	18,0%
Longo Prazo	1.029.691	1.020.706	0,9%
Posição de Caixa	720.000	646.907	11,3%
Caixa e equivalentes de caixa	655.989	632.807	3,7%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	64.011	14.100	354,0%
Dívida Líquida	444.275	487.832	(8,9%)

1: Curto e Longo Prazo

Ao final do 4T25, a dívida bruta da Fernão Dias totalizou R\$ 1.164,3 milhões, aumento de 2,6% em relação ao 3T25. A posição de caixa alcançou R\$ 720,0 milhões, avanço de 11,3% no trimestre, impulsionada principalmente pela linha de aplicações financeiras vinculadas, com um aumento nominal de R\$ 49,9 milhões. Como resultado, a dívida líquida foi reduzida para R\$ 444,3 milhões, uma queda de 8,9% em relação ao trimestre anterior, refletindo a estratégia da Companhia de preservação de liquidez e disciplina financeira.

Aging da Dívida – dezembro de 2025



Em 2025, 100% da dívida total da Companhia estava atrelada à 9ª Emissão de Debêntures, 100% indexada ao IPCA.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



INVESTIMENTOS REALIZADOS

R\$ Mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Investimentos	58.411	59.025	(1,0%)	235.840	309.311	(23,8%)

Em 2025, a Fernão Dias investiu R\$ 235,8 milhões, redução de 23,8% em relação ao ano de 2024. No comparativo trimestral, os investimentos totalizaram R\$ 58,4 milhões no 4T25, queda de 1,0% comparado ao 4T24.

Entre as obras concluídas, destacam-se a recuperação das estruturas localizadas nos km 856+315 e 846+650, que incluíram reparos subaquáticos, tratamento de fissuras e intervenções em juntas de dilatação; além da estabilização de taludes com solo grampeado nos km 521+000/521+100, 518+200 e 518+940. No período, houve avanços significativos em frentes de grande porte nos km 521+900, 522+250, 523+500, 525+400 e 525+700, todas com conclusão prevista para março de 2026.

PREVISÃO DE INVESTIMENTOS FUTUROS

R\$ Mil	2026 a 2033
Melhorias na Infraestrutura	-
Recuperações/Manutenções	-
Total	-

*Base Monetária: dezembro/2025

CONSIDERAÇÕES FINAIS

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162/22, a Companhia informa que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, não contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Fernão Dias S.A. declara, nos termos da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Pouso Alegre, 27 de fevereiro de 2026.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Ricardo Luís da Silva
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia

Conselho de Administração

Giane Luza Zimmer Freitas
Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Conselheiro

Roberto Paolini
Conselheiro

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



ANEXO I – DRE

R\$ Mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	207.705	194.769	6,6%	818.599	800.976	2,2%
Receitas de pedágio	150.120	140.029	7,2%	583.517	540.439	8,0%
Receitas de obras	53.174	51.866	2,5%	213.504	242.058	(11,8%)
Outras Receitas	4.411	2.874	53,5%	21.578	18.479	16,8%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(13.210)	(12.378)	6,7%	(51.909)	(47.738)	8,7%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	194.495	182.391	6,6%	766.690	753.238	1,8%
CUSTOS E DESPESAS	(108.145)	(196.147)	(44,9%)	(418.611)	(529.506)	(20,9%)
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(39.309)	(37.629)	4,5%	(141.126)	(140.808)	0,2%
Custo dos serv. de construção	(53.174)	(51.866)	2,5%	(213.504)	(242.058)	(11,8%)
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(7.731)	(7.154)	8,1%	(35.609)	(29.320)	21,4%
Provisão para manutenção em rodovias	(8.325)	(6.595)	26,2%	(33.675)	(26.232)	28,4%
Outras receitas operacionais, líquidas	394	1.246	(68,4%)	5.303	3.061	73,2%
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-	(94.149)	(100,0%)	-	(94.149)	(100,0%)
EBITDA	86.350	(13.756)	(727,7%)	348.079	223.732	55,6%
Margem EBITDA	61,1%	(10,5%)	71,6 p.p.	62,9%	43,8%	19,2 p.p.
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(57.796)	(49.008)	17,9%	(217.067)	(187.963)	15,5%
RESULTADO FINANCEIRO	(12.647)	(24.153)	(47,6%)	(68.051)	(76.479)	(11,0%)
Receitas financeiras	25.996	14.373	80,9%	87.138	61.909	40,8%
Despesas financeiras	(38.623)	(38.526)	0,3%	(155.169)	(138.382)	12,1%
Variação cambial, líq.	(20)	-	-	(20)	(6)	233,3%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	15.907	(86.917)	(118,3%)	62.961	(40.710)	(254,7%)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(2.734)	8.632	(131,7%)	(5.993)	8.632	(169,4%)
Corrente	-	(220)	(100,0%)	-	(220)	(100,0%)
Diferido	(2.734)	8.852	(130,9%)	(5.993)	8.852	(167,7%)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	13.173	(78.285)	(116,8%)	56.968	(32.078)	(277,6%)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ Mil	4T25	3T25	Δ%
ATIVO	2.528.364	2.461.022	2,7%
CIRCULANTE	757.902	705.161	7,5%
Caixa e equivalentes de caixa	267.916	223.012	20,1%
Aplicações Financeiras	388.073	409.795	(5,3%)
Contas a receber	20.161	38.336	(47,4%)
Contas a receber - partes relacionadas	9	22	(59,1%)
Despesas antecipadas	4.582	5.983	(23,4%)
Impostos a recuperar	12.560	10.501	19,6%
Antecipação de IR e CS sobre lucros	55	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	64.011	14.100	354,0%
Outros créditos	535	3.412	(84,3%)
NÃO CIRCULANTE	1.770.462	1.755.861	0,8%
Despesas antecipadas	4.228	4.429	(4,5%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	152.136	152.136	0,0%
Depósitos judiciais	4.972	2.843	74,9%
Outras contas a receber	165	1.564	(89,5%)
Direito de uso (IFRS 16)	30.660	21.574	42,1%
Imobilizado	5.426	5.688	(4,6%)
Intangível	1.572.875	1.567.627	0,3%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.528.364	2.461.022	2,7%
CIRCULANTE	259.095	230.874	12,2%
Debêntures	134.584	114.033	18,0%
Fornecedores	25.743	27.605	(6,7%)
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	8.686	11.051	(21,4%)
Obrigações sociais	9.431	9.815	(3,9%)
Obrigações fiscais	10.004	9.877	1,3%
Contar a pagar - partes relacionadas	10.655	4.043	163,5%
Cauções contratuais	16.380	16.501	(0,7%)
Taxa de fiscalização	1.778	1.746	1,8%
Provisão para manutenção em rodovias	29.166	27.765	5,0%
Outras contas a pagar	12.668	8.438	50,1%
NÃO CIRCULANTE	1.335.284	1.309.336	2,0%
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	141.354	136.545	3,5%
Debêntures	1.029.691	1.020.706	0,9%
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	23.206	11.479	102,2%
Obrigações fiscais	10.208	9.360	9,1%
Provisão para manutenção em rodovias	38.499	38.656	(0,4%)
Provisão para investimentos em rodovias	90.321	89.466	1,0%
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	2.005	3.124	(35,8%)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	933.985	920.812	1,4%
Capital social	1.733.585	1.733.585	0,0%
Reserva legal	(856.568)	(856.568)	0,0%
Reserva de lucros	56.968	43.795	30,1%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



INFORMAÇÕES ADICIONAIS OBRIGATÓRIAS

RECEITA E MERCADO

As tarifas de pedágio cobradas pela Autopista Fernão Dias são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A partir da zero hora do dia 19 de dezembro de 2025, a tarifa de veículos de passeio passou de R\$3,00 para R\$3,20 e para as demais categorias, conforme demonstrado na tabela da seção Indicadores Operacionais – subitem (d) Aspectos Financeiros.

Em 2025, o tráfego pedagiado totalizou 194,1 milhões de veículos equivalentes, este volume de veículos equivalentes foi 4,2% superior aos 186,2 milhões registrados em 2024.

A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R\$ 818,6 milhões com as atividades de transporte rodoviário, representando um aumento de 2,2% sobre 2024, quando totalizou R\$ 801,0 milhões.

INVESTIMENTOS

Durante o ano de 2025, foram investidos R\$ 235,8 milhões. Estes valores, quando adicionados aos R\$ 309,3 milhões realizados em 2024, perfazem o montante de R\$ 4.223,7 milhões realizados nos 18 primeiros anos de implementação do plano de investimentos da companhia no processo de recuperação, ampliação e modernização do sistema da rodovia.

Investimentos (em R\$ mil)	2025	2024	%
Ampliação da Rodovia	(138.600)	(176.233)	(21,4%)
Recuperação do Pavimento Asfáltico	(97.240)	(133.078)	(26,9%)
Total	(235.840)	(309.311)	(23,8%)

CAPTAÇÕES DE RECURSOS

Para viabilizar os investimentos e aquisições de ativos operacionais, a Concessionária captou um total de R\$ 2.817,1 milhões em recursos de empréstimos e financiamentos de diversas fontes, destacando-se as linhas de debêntures públicas, com o valor de R\$ 1.000,0 milhões.

VALOR ADICIONADO

Em 2025, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Concessionária foi de R\$ 333,9 milhões, representando 40,5 % da Receita Operacional Bruta, representando um aumento de 55,8% com relação ao ano de 2024, em que o valor adicionado foi de R\$ 214,4 milhões representando 26,7% da Receita Operacional Bruta daquele exercício.

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente.

Nos anos em que há lucro apurado, os dividendos são deliberados em Assembleia Geral Ordinária realizada após a divulgação do resultado do exercício.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**PLANEJAMENTO EMPRESARIAL**

O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

GESTÃO PELA QUALIDADE TOTAL

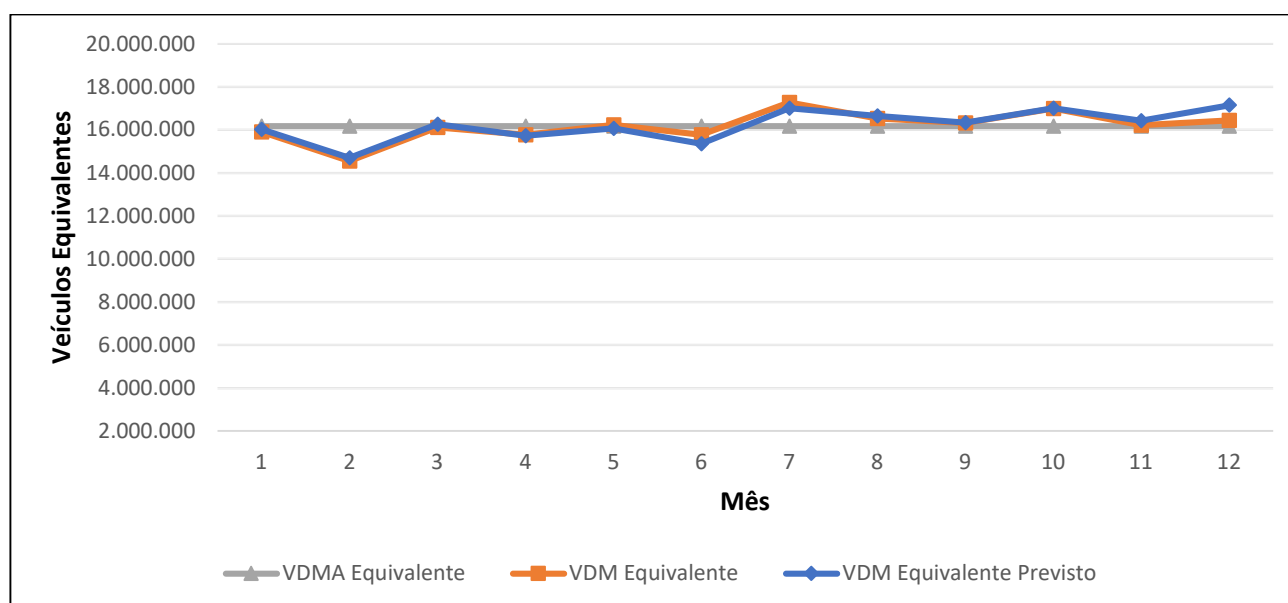
Em 2025, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, qualidade de gestão e o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios.

RECURSOS HUMANOS

Em 2025, a Concessionária investiu R\$ 34 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais.

INDICADORES OPERACIONAIS**A) CARACTERIZAÇÃO DO TRÁFEGO****VOLUME**

Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.

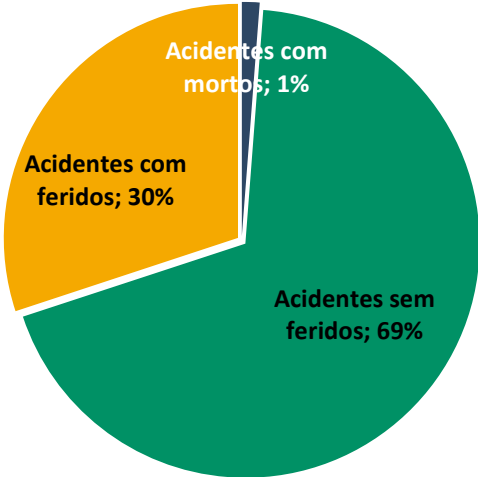


B) CARACTERIZAÇÃO DO TRÁFEGO

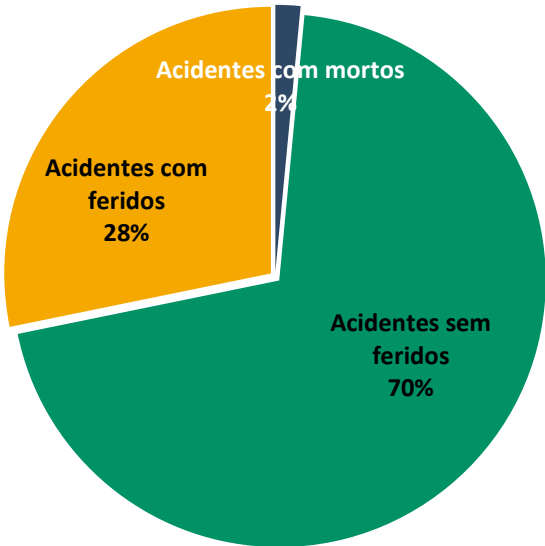
ACIDENTES

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

Fernão Dias - 2025



Fernão Dias - 2024

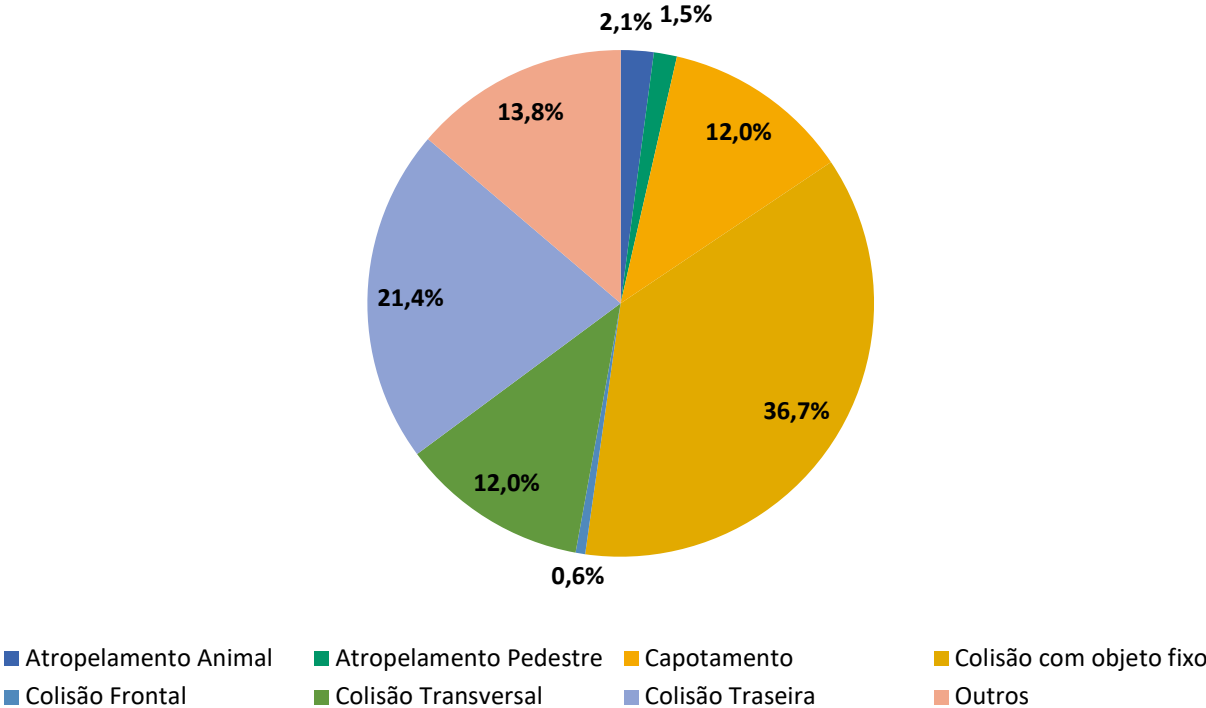


A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

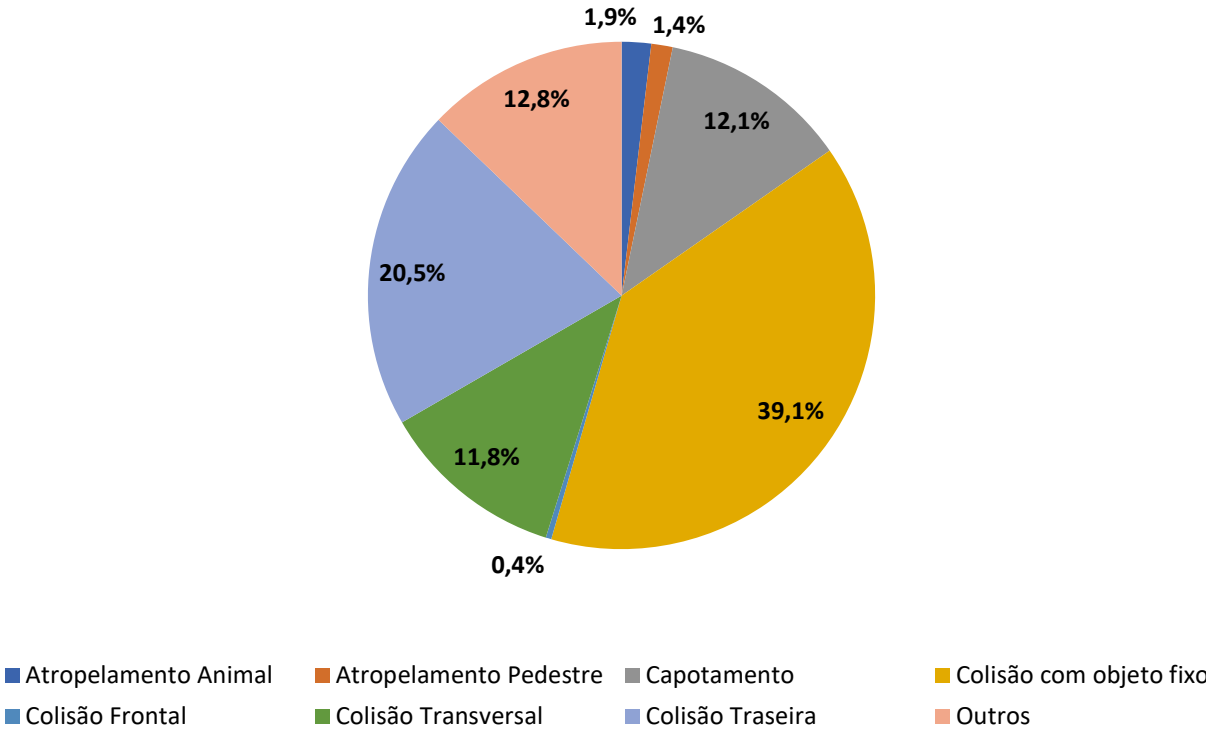
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Fernão Dias - 2025



Fernão Dias - 2024



C) DADOS DE OPERAÇÃO DA CONCESSÃO

VEÍCULOS ALOCADOS

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

TIPOS DE VEÍCULOS ALOCADOS NA CONCESSÃO

Tipo de veículo	Oficiais	Reservas	Total	Qtde/562,1 km
Viatura de Inspeção	13	3	16	2,85%
Guincho Leve	14	4	18	3,20%
Guincho Pesado	8	1	9	1,60%
Caminhão Pipa	3	0	3	0,53%
Caminhão Munck	3	0	3	0,53%
AC - Ambulância Stand	12	5	17	3,02%
AD - Ambulância UTI	6	1	7	1,25%
Moto de inspeção	2	0	2	0,36%
Total de veículos operacionais	61	14	75	13,34%
Administração	7	0	7	1,25%
Tráfego	0	0	0	0,00%
Operação	10	0	10	1,78%
Arrecadação	0	0	0	0,00%
Segurança de trabalho	6	0	6	1,07%
Manutenção Tecnológica	1	0	1	0,18%
Obras e Conserva*	44	0	44	7,83%
Caminhonete ANTT	3	0	3	0,53%
Total de veículos de apoio	71	0	71	12,63%
Total de veículos	132	14	146	25,97%

FUNCIONÁRIOS ALOCADOS

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários Empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipo de pessoas	Quantidade	Qtde/10.000
TRÁFEGO		
ANALISTA DE CCSO JR	3	0,06
ANALISTA DE TRAFEGO JR	2	0,04
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1	0,02
COORDENADOR DE OPERACAO	3	0,06

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Fernão Dias

DIRETOR SUPERINTENDENTE	1	0,02
GERENTE DE OPERACOES	1	0,02
INSPETOR DE TRAFEGO	34	0,63
INSPETOR DE TRÁFEGO MOTOCICLISTA	2	0,04
MOTORISTA DE CAMINHÃO BARREIRA	1	0,02
OPERADOR DE GUINCHO	46	0,85
OPERADOR DE GUINCHO MUNCK	9	0,17
OPERADOR DE GUINCHO PESADO	32	0,59
OPERADOR DE PIPA	10	0,19
OPERADOR DE TRAFEGO II	38	0,70
OPERADOR DE TRAFEGO III	10	0,19
SECRETARIA JR	1	0,02
SUPERVISOR DE OPERACOES	5	0,09
TOTAL TRÁFEGO	199	3,69
ARRECADAÇÃO		
OPERADOR DE PEDAGIO	287	5,32
CONTROLADOR DE PEDAGIO I	36	0,67
ANALISTA DE CCA JR	0	0,00
TOTAL ARRECADAÇÃO	323	5,99
OPERAÇÃO		
ANALISTA ADMINISTRATIVO JR	1	0,02
ANALISTA ADMINISTRATIVO PL	1	0,02
ANALISTA DE CCA JR	1	0,02
ANALISTA DE CCO JR	1	0,02
ANALISTA DE MANUTENCAO PL	1	0,02
ANALISTA DE MANUTENCAO SR	1	0,02
ANALISTA DE SISTEMAS JR	2	0,04
ANALISTA DE SUPORTE TECNICO JR	1	0,02
ASSISTENTE TECNICO I	3	0,06
ASSISTENTE TECNICO III	1	0,02
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1	0,02
COORDENADOR DE LABORATORIO	1	0,02
COORDENADOR DE MANUTENCAO	1	0,02
ENGENHEIRO CIVIL I	1	0,02
ENGENHEIRO I	1	0,02
INSPETOR DE FISCALIZACAO I	5	0,09
INSPETOR DE FISCALIZACAO II	3	0,06
INSPETOR DE FISCALIZACAO III	3	0,06
INSPETOR DE PAVIMENTO I	3	0,06
INSPETOR DE PAVIMENTO II	1	0,02
INSPETOR DE PAVIMENTO III	3	0,06
LÍDER DE CCO	4	0,07
MOTORISTA DE CAMINHÃO BARREIRA	2	0,04
OPERADOR DE CCO	18	0,33
TECNICO DE ENGENHARIA SR	1	0,02
TOTAL OPERAÇÃO	61	1,13
DEMAIS ÁREAS		
ADVOGADO JR	1	0,02
ANALISTA ADMINISTRATIVO JR	1	0,02
ANALISTA ADMINISTRATIVO PL	1	0,02
ANALISTA DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS JR	1	0,02
ANALISTA DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS SR	1	0,02

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Fernão Dias**

ANALISTA DE CAMP. EDUC. E DE SEG. NO TRÂNSITO PL	1	0,02
ANALISTA DE CCSO JR	0	0,00
ANALISTA DE COMUNICACAO JR	1	0,02
ANALISTA DE COMUNICACAO SR	0	0,00
ANALISTA DE CONTROLADORIA JR	1	0,02
ANALISTA DE CONTROLADORIA PL	0	0,00
ANALISTA DE CONTROLADORIA SR	1	0,02
ANALISTA DE ENGENHARIA JR	5	0,09
ANALISTA DE ENGENHARIA PL	0	0,00
ANALISTA DE ENGENHARIA SR	2	0,04
ANALISTA DE FACILITIES PL	1	0,02
ANALISTA DE FAIXA DE DOMÍNIO JR	2	0,04
ANALISTA DE FAIXA DE DOMÍNIO PL	1	0,02
ANALISTA DE MANUTENCAO PL	0	0,00
ANALISTA DE MEDICAO SR	1	0,02
ANALISTA DE MEIO AMBIENTE PL	2	0,04
ANALISTA DE MOBILIDADE SR	0	0,00
ANALISTA DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO PL	0	0,00
ANALISTA DE PLANEJAMENTO FÍSICO PL	3	0,06
ANALISTA DE PLANEJAMENTO FÍSICO SR	1	0,02
ANALISTA DE PLANEJAMENTO PL	0	0,00
ANALISTA DE QUALIDADE PL	0	0,00
ANALISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL PL	0	0,00
ANALISTA DE RH PL	1	0,02
ANALISTA DE SISTEMAS JR	0	0,00
ANALISTA PREDIAL SR	1	0,02
ASSISTENTE TECNICO I	0	0,00
ASSISTENTE TECNICO III	0	0,00
ASSISTENTE TECNICO IV	0	0,00
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	0	0,00
AUXILIAR DE LABORATORIO I	2	0,04
AUXILIAR DE TOPOGRAFIA II	0	0,00
COMPRADOR DE DIRETOS SR	1	0,02
COORDENADOR DE CONTROLADORIA	1	0,02
COORDENADOR DE ENGENHARIA	1	0,02
COORDENADOR DE IMPLANTAÇÃO E CONSERVA	3	0,06
COORDENADOR DE LABORATORIO	0	0,00
COORDENADOR DE MEIO AMBIENTE	1	0,02
COORDENADOR DE MONITORAÇÃO	1	0,02
COORDENADOR DE PAVIMENTO	0	0,00
COORDENADOR DE SALA TECNICA	0	0,00
DIRETOR SUPERINTENDENTE	0	0,00
ENCARREGADO I	1	0,02
ENCARREGADO II	1	0,02
ENGENHEIRO CIVIL I	0	0,00
ENGENHEIRO COORDENADOR DE SEGURANCA DO TRABALHO	1	0,02
ENGENHEIRO I	2	0,04
ENGENHEIRO II	0	0,00
ESPECIALISTA DE CONSULTORIA INTERNA	1	0,02
ESPECIALISTA DE GEOTECNIA	1	0,02
GERENTE DE COMPRAS	1	0,02
GERENTE DE CONTRATO DE CONCESSÃO	1	0,02

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Fernão Dias

GERENTE DE IMPLANTAÇÃO E CONSERVA	1	0,02
GERENTE DE PAVIMENTO	1	0,02
GERENTE FINANCEIRO	1	0,02
GERENTE JURIDICO	1	0,02
GERENTE TÉCNICO	1	0,02
INSPETOR DE FAIXA DE DOMÍNIO JR	1	0,02
INSPETOR DE FISCALIZACAO I	0	0,00
INSPETOR DE FISCALIZACAO II	0	0,00
INSPETOR DE FISCALIZACAO III	0	0,00
INSPETOR DE PAVIMENTO I	0	0,00
INSPETOR DE PAVIMENTO II	0	0,00
INSPETOR DE PAVIMENTO III	0	0,00
JOVEM PROFISSIONAL	0	0,00
LABORATORISTA I	2	0,04
MEDICO DO TRABALHO	1	0,02
MOTORISTA	1	0,02
MOTORISTA II	0	0,00
SUPERINTENDENTE DE OBRAS	1	0,02
TECNICO DE ENGENHARIA SR	0	0,00
TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO JR	2	0,04
TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO PL	2	0,04
TECNICO DE SISTEMAS II	0	0,00
TOPOGRAFO	0	0,00
TOTAL DEMAIS ÁREAS	63	1,17
TOTAL GERAL	646	11,98

D) DADOS DE OPERAÇÃO DA CONCESSÃO

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

RECEITA (EM R\$ MIL)

Receita	Em 2025	Acumulada
	818.599	5.445.540

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

INVESTIMENTOS (EM R\$ MIL)

Investimentos	Em 2025	Acumulada
	235.840	4.223.709

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



CUSTOS OPERACIONAIS (EM R\$ MIL)

Custos Operacionais	Em 2025	Acumulada
	603.487	6.703.838

ISS REPASSADOS (EM R\$ MIL)

ISS	Em 2025	Acumulada
	29.177	354.191

TARIFA

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Praça de Pedágio	Cobrança	CAT 1	CAT 2	CAT 3	CAT 4	CAT 5	CAT 6	CAT 7	CAT 8	CAT 9
P1 - Mairiporã Norte (Defasada)	Unidirecional	3,2	6,4	4,8	9,6	6,4	12,8	16	19,2	1,6
P1 - Mairiporã Norte	Unidirecional	3,2	6,4	4,8	9,6	6,4	12,8	16	19,2	1,6
P1 - Mairiporã Sul	Unidirecional	3,2	6,4	4,8	9,6	6,4	12,8	16	19,2	1,6
P2 Vargem	Bidirecional	3,2	6,4	4,8	9,6	6,4	12,8	16	19,2	1,6
P3 - Cambuí	Bidirecional	3,2	6,4	4,8	9,6	6,4	12,8	16	19,2	1,6
P4 - São Gonçalo do Sapucaí	Bidirecional	3,2	6,4	4,8	9,6	6,4	12,8	16	19,2	1,6
P5 - Carmo da Cachoeira	Bidirecional	3,2	6,4	4,8	9,6	6,4	12,8	16	19,2	1,6
P6 - Santo Antônio do Amparo	Bidirecional	3,2	6,4	4,8	9,6	6,4	12,8	16	19,2	1,6
P7 - Carmópolis de Minas	Bidirecional	3,2	6,4	4,8	9,6	6,4	12,8	16	19,2	1,6
P8 - Itatiaiuu	Bidirecional	3,2	6,4	4,8	9,6	6,4	12,8	16	19,2	1,6

CONCESSONÁRIA EM NÚMEROS

Dados anuais e por empresa	KM
Quilômetros de rodovia	562,1

Número de veículos que transitaram	Nº	%
CAT-01	53.298.979	62,1%
CAT-02	5.322.619	6,2%
CAT-03	271.067	0,3%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



CAT-04	6.011.322	7,0%
CAT-05	62.504	0,1%
CAT-06	4.047.402	4,7%
CAT-07	4.157.994	4,8%
CAT-08	11.120.500	13,0%
CAT-09	1.573.122	1,8%
TOTAL	85.865.509	100,0%

Número de praças de pedágios	Nome das praças de Pedágio
P1 Norte	Mairiporã (Defasada)
P1 Norte	Mairiporã
P1 Sul	Mairiporã
P2	Vargem
P3	Cambuí
P4	São Gonçalo do Sapucaí
P5	Carmo da Cachoeira
P6	Santo Antônio do Amparo
P7	Carmópolis de Minas
P8	Itatiaiuçu

Praça de Pedágio	Cobrança	CAT 1	CAT 2	CAT 3	CAT 4	CAT 5	CAT 6	CAT 7	CAT 8	CAT 9
P1 - Mairiporã Norte (Defasada)	Unidirecional	3,2	6,4	4,8	9,6	6,4	12,8	16	19,2	1,6
P1 - Mairiporã Norte	Unidirecional	3,2	6,4	4,8	9,6	6,4	12,8	16	19,2	1,6
P1 - Mairiporã Sul	Unidirecional	3,2	6,4	4,8	9,6	6,4	12,8	16	19,2	1,6
P2 Vargem	Bidirecional	3,2	6,4	4,8	9,6	6,4	12,8	16	19,2	1,6
P3 - Cambuí	Bidirecional	3,2	6,4	4,8	9,6	6,4	12,8	16	19,2	1,6
P4 - São Gonçalo do Sapucaí	Bidirecional	3,2	6,4	4,8	9,6	6,4	12,8	16	19,2	1,6
P5 - Carmo da Cachoeira	Bidirecional	3,2	6,4	4,8	9,6	6,4	12,8	16	19,2	1,6
P6 - Santo Antônio do Amparo	Bidirecional	3,2	6,4	4,8	9,6	6,4	12,8	16	19,2	1,6
P7 - Carmópolis de Minas	Bidirecional	3,2	6,4	4,8	9,6	6,4	12,8	16	19,2	1,6
P8 - Itatiaiuu	Bidirecional	3,2	6,4	4,8	9,6	6,4	12,8	16	19,2	1,6

Rodovia	Marcos km	Extensão linear	Km de pista proporcional
BR 381/MG	478,2 - 949,9	471,7	943,4

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



BR 381/SP	0,00 - 90,4	90,4	180,8
Total		562,1	1124,2

Rodovia	Nível A	Nível B	Nível C	Nível D	Nível E	Nível F
BR-381/MG	3,8%	59,2%	29,0%	2,2%	2,2%	3,6%
BR-381/SP	0,0%	0,0%	34,6%	37,5%	11,3%	16,6%
BR-381 Contorno de Betim	0,0%	0,0%	44,1%	46,5%	9,4%	0,0%

Mês	Média diária	%
Jan	513.098	8,6%
Fev	519.679	8,7%
Mar	519.801	8,7%
Abr	525.373	8,8%
Mai	98.319	1,7%
Jun	525.291	8,8%
Jul	557.108	9,4%
Ago	533.147	9,0%
Set	544.019	9,1%
Out	547.780	9,2%
Nov	540.383	9,1%
Dez	530.134	8,9%
Total	5.954.132,42	100%

Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	531.674
---	---------

Áreas	Qtde
Administrativo	53
Jurídico	335
Comunicação	27
Meio Ambiente	1
Centro de Controle Operacional	30
Arrecadação	8
Conservação (engenharia)	2
Pavimentação (engenharia)	6
Obras (engenharia)	3
Projetos (engenharia)	12
Manutenção Tecnológica (rodovia)	13
Faixa de Domínio	4

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Segurança do Trabalho	8
Tráfego	202

BR-381/MG - Parâmetro	Atendem %	Não Atendem %
Percentual de Área Trincada - TR	100,00%	0,00%
Irregularidade Longitudinal	67,81%	32,19%

BR-381/SP - Parâmetro	Atendem %	Não Atendem %
Percentual de Área Trincada - TR	100,00%	0,00%
Irregularidade Longitudinal	65,12%	34,88%

BR-381/MG- Contorno - Parâmetro	Atendem %	Não Atendem %
Percentual de Área Trincada - TR	100,00%	0,00%
Irregularidade Longitudinal	90,63%	9,37%

Receita de pedágio	2025	Acumulada
Total	583.517	5.431.458

Custos associados às receitas de pedágio	418.611
--	---------

Fator Trabalho	2025	2024
Número de Trabalhadores	704	706
Despesa de Pessoal	58.053	59.988

Fator Capital	2025	2024
Despesas de Depreciação	Método Linear	Método Linear
Ativo Líquido	757.902	616.608
Ativo Bruto	2.515.781	2.396.700
Série Histórica dos Investimentos	3.836.855	3.601.014
Custo de Oportunidade do Capital	Conforme Variáveis de Mercado	Conforme Variáveis de Mercado

Fatores Intermediários	2025	2024
Despesas em Administração	14.505	10.698
Despesas em Manutenção	4.235	4.241

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Tipos de Acidentes	2025	2024
Com danos materiais	5.782	6.529
Com vítimas feridas	2.530	2.620
Com vítimas fatais	102	141

Indicadores	2025	2024
Receita por KM	1.038	9.663
Custo por KM	745	11.578

BALANÇO SOCIAL

Balanco Social		2025		2024		
1 - Base de cálculo	Valor	% FPB	% RL	Valor	% FPB	% RL
Faturamento Bruto	818.599			800.976		
Receita líquida (RL)	766.690			753.238		
Resultado operacional (RO)	62.961			(12.014)		
Folha de pagamento bruta (FPB)	27.636			25.632		
Folha de pagamento bruta - total remunerações	27.636			25.632		
Folha de pagamento bruta - total pago a empresas prestadoras de serviços	N/A			N/A		
2 - Indicadores sociais internos						
Alimentação	6.036	21,8%	0,8%	5.830	22,7%	0,8%
Encargos Sociais	12.793	46,3%	1,7%	11.264	43,9%	1,5%
Previdência privada	286	1,0%	0,0%	243	0,9%	0,0%
Saúde	6.275	22,7%	0,8%	5.243	20,5%	0,7%
Segurança e Saúde no trabalho	350	1,3%	0,0%	481	1,9%	0,1%
Educação	14	0,1%	0,0%	5	0,0%	0,0%
Cultura	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	143	0,5%	0,0%	78	0,3%	0,0%
Creches ou auxílio creche	456	1,7%	0,1%	450	1,8%	0,1%
Participação nos lucros ou resultados	3.800	13,8%	0,5%	3.011	11,7%	0,4%
Outros	403	1,5%	0,1%	353	1,4%	0,0%
Total - Indicadores sociais internos	30.556	111%	4%	26.958	105,2%	3,6%
3 - Indicadores sociais externos						
Educação	138	0,5%	0,0%	112	0,4%	0,0%
Cultura	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Saúde e saneamento	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Esporte	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Outros	5	0,0%	0,0%	5	0,0%	0,0%
Total de contribuições à sociedade	143	1%	0%	117	0,5%	0,0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	51.291	185,6%	6,8%	47.503	185,3%	6,3%
Total - Indicadores sociais externos	51.434	186,1%	6,8%	47.620	185,8%	6,3%
4 - Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	369	1,3%	0,0%	76	0,3%	0,0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	2.193	7,9%	0,3%	1.336	5,2%	0,2%
Total de investimentos em meio ambiente	2.562	9%	0%	1.413	5,5%	0,2%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% (x) Cumpre de 75 a 100%		() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% (x) Cumpre de 75 a 100%			
5 - Indicadores do corpo funcional						
N º de colaboradores ao final do período	704			706		
Tempo de serviço	19,2%	até seis meses		15,1%	até seis meses	
	10,4%	de seis meses a um ano		6,9%	de seis meses a um ano	
	12,1%	entre um e dois anos		9,7%	entre um e dois anos	
	20,2%	entre dois e cinco anos		20,2%	entre dois e cinco anos	
	38,2%	mais de cinco anos		35,5%	mais de cinco anos	
Nº de admissões durante o período	208			233		
Nº de demissões durante o período	287			282		
Nº de colaboradores terceirizados	1.612			1.140		
N º de estagiários (as)	6			7		
Nº de colaboradores com até 18 anos	24			25		
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	91			85		
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	414			439		
Nº de colaboradores acima de 45 anos	175			157		

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	353	346
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,3%	0,3%
Remuneração paga a mulheres no período	9.944	8.824
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	67	58
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0%	0%
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	28	28
Total de horas extras trabalhadas (quantidade horas)	39.713	48.682
Total de horas extras pagas (valor)	1.097	1.233
Total de INSS pagos	8.463	8.432
Total de FGTS pago	2.505	2.190
Total de Contribuição Sindical paga	0	0
Totais dos demais encargos sociais pagos	0	0
Total de IRRF recolhido no período	2.460	2.103
Total de ICMS recolhidos no período	0	0
Total de IRPJ recolhido no período	(2.820)	(6.497)
Total de CSLL recolhido do período	1.236	(1)
Total de PIS recolhidos no período	3.725	3.447
Total de COFINS recolhidos no período	17.192	15.911
Total de outros tributos recolhidos no período	29.283	27.097

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	34	44
Número total de acidentes de trabalho	3	0
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela	() direção (X) direção e gerenciais	() direção (X) direção e gerenciais

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



empresa foram definidos por:	() todos os colaboradores	() todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT () direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores () não se aplica () direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT () direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores () não se aplica () direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
A previdência privada contempla:	() não se aplica () direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() não se aplica () direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	0% no PROCON 9% na Justiça	33% no PROCON 5% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir	333.936	247.664
Distribuição do Valor Adicionado	17,4% Governo	15,9% Governo
Distribuição do Valor Adicionado - Acionistas	23,2% Acionistas	4,3% Acionistas

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Distribuição do Valor Adicionado - Colaboradores	18,8%	Colaboradores	24,2%	Colaboradores
Distribuição do Valor Adicionado - Terceiros	40,6%	Terceiros	55,5%	Terceiros
Distribuição do Valor Adicionado - Retidos	0,0%	Retidos	0%	Retidos

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Demonstrações contábeis referentes aos
exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e
relatório do auditor independente

Notas Explicativas

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024.

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	267.916	476.497	Debêntures	12	134.584	17.202
Aplicações financeiras	5	388.073	59.966	Fornecedores	13	25.743	32.560
Contas a receber	6	20.161	31.317	Arrendamento mercantil a pagar	14	8.686	13.430
Contas a receber - partes relacionadas	15	9	1	Obrigações sociais		9.431	9.739
Despesas antecipadas		4.582	3.418	Obrigações fiscais		9.522	8.707
Impostos a recuperar		12.560	11.540	IR e CS sobre lucros a pagar		482	66
Antecipação de IR e CS sobre lucros		55	-	Contas a pagar - partes relacionadas	15	10.655	6.599
Aplicações financeiras vinculadas	8	64.011	32.515	Cauções contratuais	13	16.380	15.202
Outros créditos		535	1.354	Taxa de fiscalização		1.778	1.698
Total do ativo circulante		757.902	616.608	Provisão para manutenção em rodovias	17	29.166	31.040
				Provisão para investimentos em rodovias	17	-	77.946
NÃO CIRCULANTE				Outras contas a pagar		12.668	6.467
Adiantamento a fornecedor	13	-	13.785	Total do passivo circulante		259.095	220.656
Despesas antecipadas		4.228	4.805				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	152.136	152.136	NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais	17	4.972	17.694	Debêntures	12	1.029.691	1.094.322
Outras contas a receber	6	165	1.223	Arrendamento mercantil a pagar	14	23.206	517
Total do ativo realizável a longo prazo		161.501	189.643	Obrigações fiscais		10.208	7.146
				Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	15	141.354	124.000
Direito de uso	9	30.660	12.422	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	17	2.005	4.062
Imobilizado	10	5.426	6.949	Provisão para manutenção em rodovias	17	38.499	34.420
Intangível	11	1.512.012	1.348.495	Provisão para investimentos em rodovias	17	90.321	5.864
Infraestrutura em construção	11	60.863	193.887	Total do passivo não circulante		1.335.284	1.270.331
				TOTAL DO PASSIVO		1.594.379	1.490.987
Total do ativo não circulante		1.770.462	1.751.396	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	18	1.733.585	1.733.585
				Prejuízos acumulados		(799.600)	(856.568)
				Total do patrimônio líquido		933.985	877.017
TOTAL DO ATIVO		2.528.364	2.368.004	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.528.364	2.368.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024.

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido (prejuízo) do exercício por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	766.690	753.238
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	(603.487)	(595.223)
LUCRO BRUTO		163.203	158.015
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	20	(37.940)	(30.579)
Reversão (provisão) para perdas esperadas	20	446	(579)
Provisão para redução ao valor recuperável	11	-	(94.150)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		5.303	3.062
		(32.191)	(122.246)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		131.012	35.769
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	21	87.138	57.338
Despesas financeiras	21	(155.169)	(133.811)
Variação cambial, líquida		(20)	(6)
		(68.051)	(76.479)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		62.961	(40.710)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	7	(5.993)	(220)
Diferidos	7	-	8.852
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		56.968	(32.078)
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	23	0,0192	(0,0130)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			

Notas Explicativas

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024.

(Em milhares de reais - R\$)

	31.12.2025	31.12.2024
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	56.968	(32.078)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	56.968	(32.078)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024.

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social Integralizado	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	1.733.585	(824.490)	909.095
Prejuízo do exercício	-	(32.078)	(32.078)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	1.733.585	(856.568)	877.017
Lucro líquido do exercício	-	56.968	56.968
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	1.733.585	(799.600)	933.985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024.
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		56.968	(32.078)
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações		217.067	187.963
Baixa de ativos permanentes		234	71
(Reversão) provisão para perdas esperadas	20	(446)	579
Provisão para redução ao valor recuperável	11	-	94.150
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	-	(8.852)
Receita com aplicações financeiras vinculadas		(3.456)	(1.918)
Juros e variações monetárias sobre debêntures privadas	15	20.416	14.136
Juros e variações monetárias de debêntures		119.306	107.952
Despesas (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	21	10.480	6.595
Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	17	7.383	1.944
Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	17	71	776
Constituição de provisão para manutenção	17	33.675	26.232
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		12.660	1.640
Contas a receber - partes relacionadas		(8)	263
Despesas antecipadas		(587)	1.062
Impostos a recuperar		918	5.754
Outros créditos		13.367	94
Depósitos judiciais		(2.116)	14
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(10.114)	(7.396)
Fornecedores - partes relacionadas		680	1.708
Cauções contratuais de fornecedores		2.236	(450)
Obrigações sociais		(308)	(55)
Obrigações fiscais		3.330	1.965
Utilização provisão de manutenção	17	(36.125)	(53.991)
Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	17	(9.511)	(6.833)
Taxa de Fiscalização		80	77
Custo de transação - empréstimo		2.896	2.904
Outras contas a pagar		6.201	(2.780)
Caixa proveniente das operações		445.297	341.526
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.286)	-
Pagamento de juros	12	(71.107)	(67.942)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		372.904	273.584
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	22	(273)	(200)
Aquisições de itens do intangível	22	(199.529)	(250.608)
Aplicação financeira vinculada		(100.021)	(73.135)
Valor resgatado das aplicações vinculadas		69.988	59.395
Aplicação financeira		(328.107)	(56.705)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(557.942)	(321.253)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e financiamentos:			
Pagamento arrendamento mercantil	14	(23.543)	(20.072)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(23.543)	(20.072)
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(208.581)	(67.741)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		476.497	544.238
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO		267.916	476.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024.
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024
RECEITAS			
Receita de serviços prestados	19	583.517	540.439
Receita de serviços de construção	19	213.504	242.058
Outras receitas		27.115	21.562
Juros capitalizados	21	1.656	13.739
		825.792	817.798
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo dos serviços prestados		(49.501)	(52.414)
Custo dos serviços de construção	20	(213.504)	(242.058)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(26.426)	(25.831)
Provisão para redução ao valor recuperável	11	-	(94.150)
Custo da concessão		(26.484)	(26.456)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	20	(33.675)	(26.232)
Outros		(12.317)	(5.628)
		(361.907)	(472.769)
VALOR ADICIONADO BRUTO		463.885	345.029
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(217.067)	(187.963)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		246.818	157.066
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	21	87.138	57.338
Outros		(20)	(6)
		87.118	57.332
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		333.936	214.398
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal e encargos:			
Remuneração direta		46.266	45.015
Benefícios		13.470	12.124
FGTS		3.101	2.846
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais (incluindo IOF)		28.744	12.388
Estaduais		4	2
Municipais		29.253	27.072
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros		119.306	107.952
Juros capitalizados Debentures		1.656	13.739
Juros - debêntures privadas		20.416	-
Aluguéis		(55)	15
Outras		14.807	11.187
Remuneração de capitais próprios:			
Juros - debêntures privadas		-	14.136
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		56.968	(32.078)
		333.936	214.398

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fernão Dias S.A. (“Sociedade” ou “Fernão Dias”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), situada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, na Rodovia Fernão Dias, BR 381, Km 850,5. Constituída em 19 de dezembro de 2007 e sua controladora e *holding* é a Arteris S.A.

A Sociedade que tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-381 - SP/MG, compreendendo o trecho entre São Paulo e Belo Horizonte, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Arteris S.A. (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil I, (ii) a Brookfield Aylesbury-LLC, e a (iii) *holding* brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Mundys S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

2. CONCESSÃO

A Sociedade está em plena operação desde 09 de setembro de 2010, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-381/km 65+559 P1-Norte e 66+572 P1-Sul - Mairiporã-SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 88 km de terceira faixa.
- 94,26 km de vias laterais.
- 8,3 km de variantes/contornos.
- Construção de 50 passarelas.
- Construção de 8 praças de pedágio.
- Construção de 12 bases de serviços operacionais - BSO's.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Implantação de 8 trevos em desnível em pista dupla.
- Implantação de 208.681 metros de defensas metálicas.
- Implantação de 62.556 metros de barreiras de concreto.
- Implantação de 1 retorno operacional.
- Remodelação do sistema viário entre o km 88 ao km 90,4.
- Recomposição de talude em gabião no contorno de Betim (fora da faixa) - Córrego Santo Antônio.
- Adicional de 48 km de terceiras faixas

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos apresentados nas revisões ordinárias e divulgados em nota técnica pelo poder concedente, aplicando o reajuste a partir da publicação em Diário Oficial da União.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à Sociedade ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são:

Notas Explicativas

(a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$7.916. A partir de 31 de dezembro de 2025 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$56.731 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

(b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.

(c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.

(d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.

(e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.

(f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.

(g) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.

(h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$1.344.916 (R\$1.368.837 em 31 de dezembro de 2024) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$295.376 (R\$340.873 em 31 de dezembro de 2024) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas conforme descrito no subitem “Momento de reconhecimento do ativo intangível” da nota explicativa nº 3.

Teste de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

A Sociedade testa anualmente seus ativos para *impairment* ou quando há indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável.

Com o aumento dos custos na construção civil, o crescimento econômico do país não vem acompanhando nas mesmas proporções, gerando uma situação de desequilíbrio.

Como consequência, uma vez que a Sociedade segue mantendo seus compromissos de atendimento às obrigações contratuais e de serviços aos usuários, a pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro do complemento da provisão para desvalorização de ativos. Essa provisão no montante de R\$94.150 (efeito não caixa) foi reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 registrada no resultado da Sociedade sob a rubrica “Provisão para Redução ao Valor Recuperável” em contrapartida ao saldo do ativo intangível.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade avaliou, concluiu que não houve necessidade de complemento da provisão já reconhecida e nem a indicação de que o valor contábil pode não ser recuperado.

Termos de Ajustes de Conduta - TAC com ANTT

No dia 27 de dezembro de 2024 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na Modalidade Multas - TAC Multas entre a Sociedade e ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018.

O valor de referência do TAC Multas é de R\$275.909, que corresponde ao somatório das multas previstas no âmbito dos processos administrativos, considerados os descontos concedidos. Dentre os investimentos a serem realizados, destaca-se a realização de áreas de escapes em pontos críticos da rodovia, implantação de passarelas, pontos de ônibus, ponto de parada para descanso, e melhorias de acessos e intersecções que irão contribuir na melhora e fluidez do tráfego, além de trazer mais conforto e segurança para os usuários da rodovia. Além disso, estudos apontam que obras dessa natureza melhoram a fluidez do trânsito e consequente melhora no tráfego.

Com base nessas estimativas, a Sociedade realizou o estorno das provisões de riscos regulatórios que compõem o TAC. À medida que as obras forem executadas, será constituído ativo intangível ao qual será amortizado pelo prazo de concessão refletindo melhor a fruição dos benefícios gerados pelas obras do TAC. A extinção do TAC

Notas Explicativas

Multas não exime a Sociedade de executar as obrigações inadimplidas que tenham sido iniciadas até a respectiva data de assinatura.

Repactuação

A Portaria nº 848 de 25 de agosto de 2023 do Ministério dos Transportes estabelece a política pública e os procedimentos relativos à readaptação e otimização dos contratos de concessão, no que se refere à exploração da infraestrutura de transporte rodoviário federal. A Sociedade mantém junto aos órgãos governamentais de modo a viabilizar a otimização do contrato de concessão da Sociedade. Em 5 de dezembro de 2023, a Sociedade protocolou pedido de otimização junto à ANTT, ao qual foi aceito e seguem os trâmites previstos.

Em 2 de setembro de 2025, conforme previsto nas regulamentações da Portaria 848/23 (Art 6º - § único), foi publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) o edital do processo competitivo de alienação de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital da Sociedade, no âmbito de processo de solução consensual realizado no Tribunal de Contas da União, o qual foi aprovado por meio do ACÓRDÃO Nº 1.369/2025 - TCU - Plenário.

O processo competitivo realizado na B3 S.A., em 11 de dezembro de 2025, teve a proposta vitoriosa de Grupo Econômico não pertencente ao Grupo Arteris. Dessa forma, a Controladora Arteris transferirá o controle acionário da Autopista Fernão Dias para a Companhia vencedora do leilão. Está previsto o convívio entre a Concessionária, o Poder Concedente e a Operadora Futura, objetivando a apropriada transição operacional e a continuidade da prestação adequada dos serviços. Com a conclusão do processo de repactuação a Arteris será reembolsada conforme previsto no contrato de concessão os saldos não amortizados dos investimentos realizados.

A Administração da Sociedade avaliou os impactos contábeis decorrentes da conclusão deste tema tendo em vista os próximos passos previstos pelo edital do processo competitivo referente à transferência de 100% das ações da Sociedade, publicado em 2 de setembro de 2025, e concluiu que sua capacidade financeira é suficiente para manter suas atividades operacionais até a efetiva transferência do controle de ações para a Companhia vencedora do leilão.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Base de preparação

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), observando os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A elaboração segue, também, as disposições da Lei das Sociedades por Ações e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2026.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos contábeis apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

(i) Julgamentos

Notas Explicativas

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação do contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando os investimentos em dois grupos:

- (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.
- (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: são estimados considerando a totalidade dos contratos de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 17.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente da concessão.

(ii) Estimativas

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A Sociedade reconhece provisão para demandas judiciais cíveis, trabalhistas, fiscais, regulatórios e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 17.

Imposto diferido

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 7.

Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Notas Explicativas

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

4.1 Contratos de concessão de serviços

A natureza do contrato de concessão da Sociedade está descrita na nota explicativa nº 2.

4.1.1 Receitas

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Sociedade que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

4.1.2 Ativos intangíveis

A Sociedade, quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Sociedade poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

4.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado.

4.3 Instrumentos financeiros

4.3.1 Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua

Notas Explicativas

aquisição ou emissão são acrescidos no valor do instrumento. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

4.3.2 Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.4 Arrendamento mercantil

No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Notas Explicativas

Passivos financeiros - classificação como circulante e não circulante

A Sociedade avalia quais passivos podem ser classificados como não circulantes se a houver um direito substantivo de adiar sua liquidação por pelo menos 12 meses após a data do balanço. Esse direito deve ser válido e claramente definido nos termos contratuais ou legais existentes ao final de cada exercício. Se o passivo financeiro estiver sujeito a cláusulas restritivas, a sociedade avalia se está em conformidade com essas cláusulas restritivas ao final de cada exercício.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Sociedade amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade.

A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo

A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

4.5 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 10, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado.

Notas Explicativas

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

4.6 Outros ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente, direito de outorga e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de amortização estão divulgadas na nota explicativa nº 11. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

4.7 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda.

Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC.

Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes – EBT*). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

4.8 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Notas Explicativas

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

4.9 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável que excede R\$240 por ano para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas a quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT).

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4.10 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Notas Explicativas

Provisão para investimentos

Representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa média de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Provisão para manutenção

Representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 7,23% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (7,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

4.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.12 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Notas Explicativas

4.14 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis

em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4.15 Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas

As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a investimentos ou outros fins, sendo estes títulos lastreados em NTN-B, NTN-Over e LFT-Over, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa.

As aplicações financeiras vinculadas possuem tal característica devido ao cumprimento de obrigações contratuais exigíveis contemplando as modalidades de debêntures.

No que se trata de mensuração, ambas são registradas pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4.16 Debêntures

As debêntures são mensuradas ao valor justo através do resultado, representando de forma fidedigna os montantes que seriam pagos em caso de aquisição na data do exercício findo.

4.17 Capital Social

O capital social é representado por ações ordinárias, as quais, são classificadas em rubricas do patrimônio líquido seguindo as diretrizes exigidas pelos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC.

4.18 Partes relacionadas, dividendos e juros sobre o capital próprio

As transações com partes relacionadas abrangem movimentações referentes à juros sobre mútuo entre as partes, despesas administrativas e financeiras com encargos sobre debêntures privadas quando do capital de giro utilizado para fins de execução do plano de investimentos da Sociedade.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que, têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis, conforme divulgado na nota explicativa nº 18.

4.19 Contas a receber

As contas a receber de clientes são reconhecidas na mensuração inicial a valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, menos a estimativa de provisão para perdas esperadas. O ajuste a valor presente para efeito de determinação do montante de juros a apropriar com base no método da taxa de juros efetivos, não foi aplicado pela não relevância do impacto nas demonstrações contábeis.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do balanço patrimonial. Uma provisão para perdas esperadas é registrada quando há evidência objetiva de que a Sociedade não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a provisão para perdas esperadas no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. A estimativa de perda é reconhecida na demonstração do resultado, assim como suas reversões.

4.20 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. O ajuste a valor presente para efeito de determinação da taxa de juros efetivos não é aplicado nestas obrigações classificadas no curto prazo dada a não relevância do impacto nas demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

4.21 Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) no 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP no 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar no 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP no 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC no 214/2025.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.

Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Com base nas análises realizadas até a data de encerramento destas demonstrações financeiras, não foram identificados efeitos relevantes nas operações, na posição financeira ou no desempenho econômico da Companhia e de suas controladas.

Dessa forma, não houve necessidade de reconhecimento ou ajuste nos valores contábeis dos ativos e passivos, tampouco impactos nas estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração na elaboração das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia continuará monitorando a evolução do tema e eventuais mudanças no ambiente regulatório e comercial que possam impactar suas operações.

4.22 Adoção das CPCs/IFRSs novas e revisadas

4.22.1 CPCs/IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

- Alterações ao IAS 21/ CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

4.22.2 CPCs/IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

Notas Explicativas

- (a) esclarecem a data de reconhecimento e desconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza: em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como '*contracts referencing nature-dependent electricity*'.

Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de *own use*, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting* (*cash flow hedge*) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação.

Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação.

Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

Notas Explicativas

- No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas:

Divulgações e alterações: Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) - Volume 11: As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*). As alterações referem-se às seguintes normas:

IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";

IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";

IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e

IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se:

- Sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou

- Estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao *feedback* de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras": Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras.

Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) às quais estão relacionados.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras a Companhia.

Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Notas Explicativas

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e contas bancárias	3.413	2.728
Aplicações financeiras (a)	264.503	473.769
Total	267.916	476.497
<u>Aplicações financeiras</u>	31.12.2025	31.12.2024
Fundos de investimentos (b)	388.073	59.966
Total	388.073	59.966

- (a) Os recursos aplicados em fundos de investimentos, CDB e LFT possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e apresentam remuneração equivalente, em média, a 101,19% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100,65% a.a. em 31 de dezembro de 2024). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender às necessidades de liquidez da Sociedade.
- (b) As aplicações financeiras em fundos de investimentos correspondem a títulos lastreados em operações compromissadas, DPGE, NTN-B, LTN-Over e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa. Esses instrumentos, são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	31.12.2025		31.12.2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber	16.410	-	28.867	-
Cupons de pedágio a receber (a)	-	-	331	-
Cartões de pedágio a receber (b)	601	-	129	-
Receitas acessórias a receber (c)	3.548	165	2.834	1.223
Outras receitas a receber	1	-	1	-
Provisão para perdas esperadas (d)	(399)	-	(845)	-
Total	20.161	165	31.317	1.223

- (a) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cupons vale-pedágio. A partir de fevereiro de 2025, os cupons físicos de vale-pedágio foram descontinuados. O vale-pedágio que os transportadores têm direito por lei, passaram a ser disponibilizados por meio de Tags, de modo a permitir a passagem pelas vias automáticas.
- (b) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cartões de débito.
- (c) Valores a receber sobre receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio, sendo os de maior relevância, para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos e receitas acessórias judicializados.
- (d) Refere-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com contratos de permissão de uso da faixa de domínio, quais estão em processo de cobrança junto ao cliente.

Cronograma de recebimento:

	31.12.2025		31.12.2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	18.895	165	29.664	1.223
Créditos vencidos até 60 dias	1.028	-	230	-
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	96	-	601	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	142	-	822	-
Créditos vencidos há mais de 181 dias	399	-	845	-
Total	20.560	165	32.162	1.223

A Sociedade avalia o risco de inadimplência do contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) analisa individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda. O prazo médio de vencimento é de 3 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

Notas Explicativas

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	62.961	(40.710)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(21.407)	13.841
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	2.357	(1.085)
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	13.057	(4.124)
Total	(5.993)	8.632
<u>Despesas de imposto de renda e contribuição social:</u>		
Correntes	(5.993)	(220)
Diferido	-	8.852
	(5.993)	8.632
Alíquota efetiva de impostos	(10%)	(21%)

(*) Efeito de impostos não reconhecidos (reconhecidos) de anos anteriores demonstrado na tabela item 7.b)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	31.12.2025	31.12.2024
<u>Não circulante</u>		
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	537.030	544.899
Provisão de participação nos lucros	3.177	3.201
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	2.005	4.062
Outras provisões	5.501	1.267
Provisão para manutenção de rodovias	67.665	65.460
Amortização acumulada de obras futuras	46.610	41.285
Arrendamentos	1.231	1.525
Ajuste ao valor recuperável de intangível - <i>Impairment</i>	333.340	379.854
Provisão para perdas esperadas	399	845
Estorno de capitalização de juros	587	587
Amortização estorno de capitalização de juros	(356)	(323)
Base de cálculo diferenças temporárias	997.189	1.042.662
Alíquota nominal	34%	34%
Total	339.044	354.505
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	9.693	6.843
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas (c)	(76.678)	(76.678)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis (c)	46.427	42.207
Base de cálculo diferenças temporárias	(20.558)	(27.628)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(6.990)	(9.394)
Total do imposto de renda e contribuição social	332.054	345.111
Impostos diferidos não constituídos	179.918	192.975
Total do imposto de renda e contribuição social constituído	152.136	152.136

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização do prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto PIB, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* - EBT).

(b) Refere-se às provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios de decorrentes de reclamações pendentes de resoluções.

(c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, em conformidade com a Lei nº 12.973/14. Assim, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes decorrentes dessas mudanças até o final do período da concessão.

Movimentos de resultados representados por:

Notas Explicativas

	31.12.2025	31.12.2024
Prejuízo fiscal e base negativa	(7.869)	(312)
Provisão de participação nos lucros	(24)	(168)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(2.057)	(4.113)
Outras provisões	4.234	(2.254)
Provisão para manutenção de rodovias	2.205	(23.504)
Amortização acumulada de obras futuras	5.325	5.150
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	2.850	24
Arrendamentos	(294)	(588)
Ajuste ao valor recuperável de intangível - <i>Impairment</i>	(46.514)	59.166
Provisão para perdas esperadas	(446)	579
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	4.220	4.218
Amortização estorno de capitalização de juros	(33)	(32)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	(38.403)	38.166
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(13.057)	12.976
Composição dos impostos:		
Impostos diferidos não constituídos (*)	(13.057)	4.124
Impostos de renda e contribuição social constituídos	-	8.852
Total do imposto de renda e contribuição social	(13.057)	12.976

(*) Impostos diferidos não constituídos em razão de evidências de não recuperabilidade mediante o teste de *impairment* realizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam a realização do ativo fiscal diferido até o limite de sua recuperabilidade.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

<u>Impostos diferidos</u>	<u>Ativo não circulante</u>
2026	21.341
2027	13.627
2028	18.287
2029	18.846
2030	23.241
Após 2030	56.794
	152.136

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a debêntures. A seguir breve descrição dessas obrigações:

Debêntures

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio, até que a retenção no período entre os 15 dias de cada mês seja equivalente a 1/6 da próxima parcela vincenda de juros remuneratórios e amortização. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo é de R\$64.011 (R\$32.515 em 31 de dezembro de 2024), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 100,52% a.a. (104,24% a.a. em 31 de dezembro de 2024) da variação do CDI.

Notas Explicativas

9. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2024	21.273	3.777	2.497	31.911	107	394	59.959
Remensurações	1.605	(115)	-	24.721	45	233	26.489
Adições	-	12.931	-	1.182	-	-	14.113
Baixas	-	(3.663)	-	-	-	-	(3.663)
Saldo em 31.12.2025	22.878	12.930	2.497	57.814	152	627	96.898
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2024	(17.155)	(3.558)	(1.921)	(24.488)	(88)	(327)	(47.537)
Amortização	(5.254)	(1.923)	(307)	(14.759)	(44)	(77)	(22.364)
Baixas	-	3.663	-	-	-	-	3.663
Saldo em 31.12.2025	(22.409)	(1.818)	(2.228)	(39.247)	(132)	(404)	(66.238)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2024	4.118	219	576	7.423	19	67	12.422
Saldo em 31.12.2025	469	11.112	269	18.567	20	223	30.660
Taxas de amortização - a.a.	10%	15%	27%	27%	14%	17%	

Notas Explicativas

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2023	21.273	3.550	1.348	30.627	62	394	57.254
Remensurações	-	227	1.149	1.693	45	-	3.114
Adições	-	-	-	3.478	-	-	3.478
Baixas	-	-	-	(3.887)	-	-	(3.887)
Saldo em 31.12.2024	21.273	3.777	2.497	31.911	107	394	59.959
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2023	(12.663)	(2.318)	(1.185)	(15.736)	(51)	(260)	(32.213)
Amortização	(4.492)	(1.240)	(736)	(12.639)	(37)	(67)	(19.211)
Baixas	-	-	-	3.887	-	-	3.887
Saldo em 31.12.2024	(17.155)	(3.558)	(1.921)	(24.488)	(88)	(327)	(47.537)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2023	8.610	1.232	163	14.891	11	134	25.041
Saldo em 31.12.2024	4.118	219	576	7.423	19	67	12.422
Taxas de amortização - a.a.	21%	33%	29%	35%	35%	17%	

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
- (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
- (c) Refere-se a locação de veículos administrativos.
- (d) Refere-se a locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas a conservação de rodovias.
- (e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.
- (f) Refere-se a locação de sedes administrativas e terrenos.

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2024	2.938	6.802	3.651	5.139	18.530
Adições	90	90	-	93	273
Alienações/baixas	(1)	(118)	(230)	(64)	(413)
Saldo em 31.12.2025	3.027	6.774	3.421	5.168	18.390
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2024	(2.106)	(4.233)	(2.059)	(3.183)	(11.581)
Depreciação	(243)	(862)	(265)	(388)	(1.758)
Alienações/baixas	1	98	230	46	375
Saldo em 31.12.2025	(2.348)	(4.997)	(2.094)	(3.525)	(12.964)
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2024	832	2.569	1.592	1.956	6.949
Saldo em 31.12.2025	679	1.777	1.327	1.643	5.426
Taxas de depreciação - a.a.	10%	17%	17%	10%	

Notas Explicativas

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2023	2.907	6.536	3.651	5.083	18.177
Adições	27	119	-	54	200
Transferências/reclassificações (*)	4	162	-	2	168
Alienações/baixas	-	(15)	-	-	(15)
Saldo em 31.12.2024	2.938	6.802	3.651	5.139	18.530
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2023	(2.042)	(3.296)	(1.794)	(2.602)	(9.734)
Depreciação	(64)	(951)	(265)	(581)	(1.861)
Transferências/reclassificações	-	(1)	-	-	(1)
Alienações/baixas	-	15	-	-	15
Saldo em 31.12.2024	(2.106)	(4.233)	(2.059)	(3.183)	(11.581)
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2023	865	3.240	1.857	2.481	8.443
Saldo em 31.12.2024	832	2.569	1.592	1.956	6.949
Taxas de depreciação - a.a.	10%	16%	11%	9%	

(*) Reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para imobilizado.

Notas Explicativas

11. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (Impairment)	Software	Total do Intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2024	3.146.286	(448.005)	11.793	2.710.074	193.887	2.903.961
Adições	176.876	-	1.641	178.517	39.661	218.178
Transferências/reclassificações (d)	174.970	-	-	174.970	(174.970)	-
Alienações/baixas	(474)	-	-	(474)	-	(474)
Outros (f)	-	-	3.171	3.171	2.285	5.456
Saldo em 31.12.2025	3.497.658	(448.005)	16.605	3.066.258	60.863	3.127.121
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2024	(1.422.348)	68.151	(7.382)	(1.361.579)	-	(1.361.579)
Amortização	(237.876)	-	(1.583)	(239.459)	-	(239.459)
Alienações/baixas	278	-	-	278	-	278
Amortização da redução ao valor recuperável (e)	-	46.514	-	46.514	-	46.514
Saldo em 31.12.2025	(1.659.946)	114.665	(8.965)	(1.554.246)	-	(1.554.246)
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2024	1.723.938	(379.854)	4.411	1.348.495	193.887	1.542.382
Saldo em 31.12.2025	1.837.712	(333.340)	7.640	1.512.012	60.863	1.572.875
Taxas de amortização - a.a. (g)	6%	11%	30%			

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (Impairment)	Software	Total do Intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2023	2.958.314	(353.855)	9.888	2.614.347	132.545	2.746.892
Adições	146.916	-	1.054	147.970	99.899	247.869
Transferências/reclassificações (d)	38.379	-	10	38.389	(38.557)	(168)
Alienações/baixas	(143)	-	-	(143)	-	(143)
Redução ao valor recuperável (b)	-	(94.150)	-	(94.150)	-	(94.150)
Outros (f)	2.820	-	841	3.661	-	3.661
Saldo em 31.12.2024	3.146.286	(448.005)	11.793	2.710.074	193.887	2.903.961
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2023	(1.220.376)	33.167	(5.546)	(1.192.755)	-	(1.192.755)
Amortização	(200.041)	-	(1.834)	(201.875)	-	(201.875)
Transferências/reclassificações	1	-	-	1	-	1
Alienações/baixas	72	-	-	72	-	72
Amortização da redução ao valor recuperável (e)	-	34.984	-	34.984	-	34.984
Outros (f)	(2.004)	-	(2)	(2.006)	-	(2.006)
Saldo em 31.12.2024	(1.422.348)	68.151	(7.382)	(1.361.579)	-	(1.361.579)
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2023	1.737.938	(320.688)	4.342	1.421.592	132.545	1.554.137
Saldo em 31.12.2024	1.723.938	(379.854)	4.411	1.348.495	193.887	1.542.382
Taxas de amortização - a.a. (g)	6%	6%	17%			

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se a provisão para desvalorização de ativos (*impairment*)
- (c) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Sociedade é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. Sendo como principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.
- (d) Saldo referente a reclassificação de intangível para imobilizado.
- (e) Amortização da provisão para desvalorização de ativos (*impairment*), linearmente até o prazo de concessão.
- (f) Transferência de ativo desenvolvido na *holding* para operação da Sociedade.
- (g) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

Notas Explicativas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade complementou, o montante de R\$1.656 (R\$13.739 em 31 de dezembro de 2024), o valor das infraestruturas em construção tomando como base os custos de debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em relação ao principal das dívidas, em 2025, foi de 0,14% a.a. (em 2024 foi de 1,18% a.a.), do total de juros provisionados no exercício.

Teste de recuperabilidade de Ativos (Impairment)

A Administração tem monitorado os gatilhos para fins de testes de *impairment* da Sociedade e concluiu que não há indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização. Como não havia gatilhos na data base das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025, os seus ativos não foram submetidos para fins de testes de *impairment*.

12. DEBÊNTURES

A composição das debêntures, negociadas em moeda funcional da Sociedade - Real (R\$), é como segue:

Série	Quantidade	Taxa contratual	Vencimento	31.12.2025	31.12.2024
9ª emissão - Série única	1.000.000	IPCA+6,39% a.a.	set-31	1.180.812	1.130.957
				1.180.812	1.130.957
			Custo de transação	(16.537)	(19.433)
			Total	1.164.275	1.111.524
			Circulante	134.584	17.202
			Não circulante	1.029.691	1.094.322
			Total	1.164.275	1.111.524

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda nacional	31.12.2025			31.12.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	20.098	1.110.859	1.130.957	18.623	1.058.585	1.077.208
Juros e variações monetárias provisionados	122.455	(1.493)	120.962	69.417	52.274	121.691
Pagamento de juros	(71.107)	-	(71.107)	(67.942)	-	(67.942)
Transferências	66.034	(66.034)	-	-	-	-
	137.480	1.043.332	1.180.812	20.098	1.110.859	1.130.957
Custo de transação	(2.896)	(13.641)	(16.537)	(2.896)	(16.537)	(19.433)
Saldo final	134.584	1.029.691	1.164.275	17.202	1.094.322	1.111.524

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
9ª emissão - Série única	14.09.2022	1.000.000	1.000	15.09.2022	1.000.000
		1.000.000			1.000.000

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente das parcelas a vencer brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2027	161.988
2028	196.074
2029	209.383
2030	232.067
Após 2030	243.820
	1.043.332

Notas Explicativas

Garantias

A 9ª emissão de debêntures da Sociedade possui Garantias Reais (Cessão Fiduciária de Recebíveis e Alienação Fiduciária de Ações) além de fiança/aval de sua Controladora Arteris S.A.

Cláusula Financeira (Covenant Financeiro) - 9ª emissão de debêntures

Em conformidade com as escrituras de emissão de debêntures, a Emissora compromete-se a manter, durante toda a vigência da emissão e enquanto houver valores devidos em virtude das debêntures, o cumprimento dos seguintes índices financeiros, apurados ao final de cada trimestre civil com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas da sociedade:

(a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - Índice de Distribuição

O ICSD é utilizado como requisito para que a Emissora possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades.

A Emissora deve manter ICSD igual ou superior a 1,20, calculado trimestralmente, considerando também o ICSD Pro Forma após a realização de operações com controladoras, conforme definido na escritura.

Fórmula para o ICSD:

$$ICSD = \frac{EBITDA \text{ Ajustado} - \text{Impostos Pagos} - \text{CAPEX}}{\text{Serviço das Dívidas}}$$

Fórmula para o ICSD Pro Forma:

$$ICSD_{\text{Pro Forma}} = \frac{EBITDA \text{ Ajustado} - \text{Impostos Pagos} - \text{CAPEX} - \text{Distribuições aos Acionistas}}{\text{Serviço das Dívidas}}$$

Onde:

- (i) EBITDA Ajustado: lucro (prejuízo) líquido antes de IR e CSLL, adicionando (i.a) despesas não operacionais; (i.b) despesas financeiras; (i.c) provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa - método indireto); e (i.d) provisões de manutenção sem efeito caixa; e excluindo (i.e) receitas não operacionais; e (i.f) receitas financeiras, relativos aos últimos 12 meses.
- (ii) Impostos Pagos: somatório do Imposto de Renda e da Contribuição Social pagos nos últimos 12 meses.
- (iii) CAPEX: montante investido em obras e equipamentos operacionais nos últimos 12 meses, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras.
- (iv) Serviço das Dívidas: soma das amortizações de principal e pagamento de juros de dívidas, empréstimos, financiamentos, debêntures e outros instrumentos de dívida dos últimos 12 meses.

Distribuições aos Acionistas (para o ICSD Pro Forma): dividendos, juros sobre capital próprio, reduções de capital, repagamentos de mútuos e demais remunerações aos acionistas pagos nos últimos 12 meses.

(b) Índice Patrimônio Líquido sobre Ativo Total (Relação PL/Ativo Total) - Índice de Distribuição e Manutenção

O PL/Ativo Total é utilizado como requisito para que a Emissora possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura.

A Emissora deve manter PL/Ativo Total igual ou superior a 20%, apurado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas, conforme a seguinte fórmula:

$$PL/Ativo \text{ Total} = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}} \geq 20\%$$

(c) Índice de Alavancagem (Relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado) - Índice de Manutenção

Este índice representa a razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, devendo ser observado pela Emissora em caráter contínuo durante toda a vigência da emissão. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura.

Para fins contratuais:

Notas Explicativas

- considera-se como “Dívida Líquida”, a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora, menos as disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora considerar-se-ão como dívida; e
- considera-se como “EBITDA Ajustado”, o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (sendo as amortizações e depreciações apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (1) receitas não operacionais; e (2) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

Os limites máximos permitidos para este índice são:

- 2022 a 2023: $\leq 4,50$
- 2024: $\leq 4,00$
- 2025: $\leq 3,50$
- 2026: $\leq 3,00$
- 2027: $\leq 2,50$
- 2028 a 2029: $\leq 2,00$
- 2030 a 2031: $\leq 1,00$

A Sociedade cumpriu todos os índices dos *covenants* de suas debêntures na data de 31 de dezembro de 2025.

A Sociedade estima que irá cumprir os *covenants* que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

13. FORNECEDORES, ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo registrado no passivo circulante, no montante de R\$25.743 (R\$32.560 em 31 de dezembro de 2024), refere-se a obrigações com fornecedores e prestadores de serviços, relacionados principalmente a valores devidos por serviços, materiais e equipamentos utilizados em obras de melhorias, manutenção e conservação.

O saldo de R\$16.380 (R\$15.202 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços, registrados conforme as condições estabelecidas nos contratos, que preveem retenções entre 3% a 10% sobre o valor dos serviços prestados, dependendo do acordo em cada contrato.

Esses saldos estão predominantemente vinculados à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e com a execução de obras na rodovia.

O saldo de R\$13.785 em 31 de dezembro de 2024, refere-se a adiantamentos a fornecedor classificado no ativo não circulante como parte do contrato das obras de terceira faixa da Rodovia BR381/SP com a Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.. Embora os adiantamentos tenham sido realizados para aplicação em obras, devido a rescisão dos contratos, o adiantamento foi classificado como contas a receber uma vez que esse valor não se converterá em serviços prestados. O referido valor estava suportado por apólices de seguro garantia contratual, qual mediante acionamento da Sociedade pelas garantias, foi recebido em 10 de julho de 2025.

14. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro a seguir:

	31.12.2025			31.12.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	13.430	517	13.947	17.083	10.071	27.154
Remensurações	13.634	12.855	26.489	3.114	-	3.114
Adições	1.278	12.835	14.113	1.123	2.355	3.478
Utilizações (*)	(25.632)	-	(25.632)	(22.115)	-	(22.115)
Ajuste a valor presente - AVP	2.975	-	2.975	2.316	-	2.316
Transferências	3.001	(3.001)	-	11.909	(11.909)	-
	8.686	23.206	31.892	13.430	517	13.947

Notas Explicativas

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$23.543 (R\$20.072 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente das parcelas a vencer no passivo não circulante relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2027	8.694
2028	4.974
2029	5.763
2030	3.775
	23.206

O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 são respectivamente R\$423 e R\$1.948 para PIS e Cofins (R\$365 e R\$1.681, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a taxa média é de 14,44% a.a. (9,82% a.a. em 31 de dezembro de 2024). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade, levando em consideração o prazo de cada contrato de arrendamento.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos são conforme demonstradas abaixo:

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
	Contratos de baixo valor (de até R\$5)	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Guinchos	84	-
Veículos operacionais	64	109
Imóveis	35	26
Outros	40	125
	223	260

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a despesas administrativas, mútuos e debêntures privadas para capital de giro.

Os saldos patrimoniais e as transações realizadas no resultado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Ativo circulante

Controladora / Outras Partes Relacionadas

Contas a receber:

Fluminense S.A. (a)

Litoral Sul S.A. (a)

Contas a receber de partes relacionadas circulante

Total parte relacionada no ativo circulante

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
	8	1
	1	-
	9	1
	9	1

Passivo circulante

Controladora / Outras Partes Relacionadas

Contas a pagar:

Arteris S.A.- controladora (a)

Total do passivo circulante

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
	10.655	6.599
	10.655	6.599

Passivo não circulante

Debêntures a pagar:

Arteris S.A.- controladora (b)

Total do passivo não circulante

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
	141.354	124.000
	141.354	124.000

Notas Explicativas

Passivos Circulante e Não Circulante	31.12.2025		31.12.2024	
	Não circulante	Total	Não circulante	Total
Saldo inicial	124.000	124.000	111.985	111.985
Juros provisionados	20.416	20.416	14.136	14.136
IR recuperar	(3.062)	(3.062)	(2.121)	(2.121)
Saldo final	141.354	141.354	124.000	124.000

Despesas financeiras (b)	31.12.2025	31.12.2024
Controladora		
Arteris S.A.	(20.416)	(14.136)
Total	(20.416)	(14.136)

Despesas gerais (a)	31.12.2025	31.12.2024
Controladora		
Arteris S.A.	(17.901)	(16.577)
Outras partes relacionadas		
Fluminense S.A.	14	118
ViaPaulista S.A.	17	-
Total	(17.870)	(16.459)

(a) A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da *holding*, com base na receita de suas controladas, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. Os valores no subitem “Outras partes relacionadas” estão relacionados a reembolsos de custos e despesas administrativas entre as controladas.

(b) Decorrentes da 5ª e 8ª emissões de debêntures privadas série única e não conversíveis em ações, celebrado com a Arteris S.A para execução do plano de investimentos. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do *spread* respectivamente de 1% ao ano, com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2028.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2025		31.12.2024	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
20.05.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	76.007	54.409	76.007	38.369
05.09.2022	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	7.500	3.438	7.500	2.123
			83.507	57.847	83.507	40.492
			141.354		124.000	

No decorrer do exercício findo de 31 de dezembro de 2025, a Sociedade reconheceu o montante de R\$4.783 (R\$7.496 em 31 de dezembro de 2024), a título de remuneração de seus administradores incluindo os encargos, dos quais R\$1.570 (R\$1.752 em 31 de dezembro de 2024) relativos à diretoria da Sociedade e R\$3.213 (R\$5.744 em 31 de dezembro de 2024) relativos ao rateio da diretoria da controladora Arteris. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo - ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual em até R\$1.522 sem encargos para o exercício de 2025 (R\$814 para o exercício de 2024).

Em relação as transações com partes relacionadas, elas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes

Notas Explicativas

relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício correntes as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$3.177 e R\$3.201.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, *EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)* do Grupo Arteris e da Sociedade, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

17. PROVISÕES

(a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas, regulatórios e fiscais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é conforme segue:

	31.12.2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.12.2025
Cíveis	1.341	13.297	(8.065)	(6.017)	53	609
Trabalhistas	895	4.602	(2.455)	(1.857)	-	1.185
Regulatório	1.723	1.621	(1.616)	(1.571)	-	157
Fiscal	103	-	(1)	(66)	18	54
Total	4.062	19.520	(12.137)	(9.511)	71	2.005

	31.12.2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.12.2024
Cíveis	2.069	5.693	(2.759)	(3.724)	62	1.341
Trabalhistas	2.445	3.668	(2.172)	(3.046)	-	895
Regulatório	3.509	1.723	(4.209)	-	700	1.723
Fiscal	152	5	(5)	(63)	14	103
Total	8.175	11.089	(9.145)	(6.833)	776	4.062

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes.

Em razão da assinatura do TAC em 27 de dezembro de 2024, conforme mencionado na nota explicativa nº 2, a Sociedade deduziu o montante de R\$3.509, referente aos processos regulatórios administrativos prováveis que foram objetos da negociação do TAC Multas.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

Possíveis	31.12.2025	31.12.2024
Cíveis	19.065	12.496
Trabalhistas	788	2.593
Ambiental	446	454
Regulatório	15.517	14.072
Total	35.816	29.615

Notas Explicativas

Os processos possíveis classificados como cíveis decorrem em sua maioria da operação da rodovia, os principais tratam de ações referentes a acessos a rodovia, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc.

Os depósitos judiciais no montante de R\$4.972 em 31 de dezembro de 2025 (R\$17.694 em 31 de dezembro de 2024) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por desapropriações e autos de infração impostos pela ANTT.

(b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 7,23% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (7,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024), considerando os valores da próxima intervenção que, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos.

(c) Provisão para investimentos

A provisão para investimentos é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados de gastos na construção e melhorias de rodovias até o final da concessão, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2024	77.946	31.040	5.864	34.420	83.810	65.460
Adições/Reversões	-	7.482	3.661	26.193	3.661	33.675
Utilizações	-	(36.125)	-	-	-	(36.125)
Ajuste a valor presente	-	2.043	2.850	2.612	2.850	4.655
Transferências	(77.946)	24.726	77.946	(24.726)	-	-
Saldo em 31.12.2025	-	29.166	90.321	38.499	90.321	67.665

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2023	90.124	49.065	-	39.899	90.124	88.964
Adições/Reversões	-	6.403	(6.333)	19.829	(6.333)	26.232
Utilizações	(5)	(53.991)	-	-	(5)	(53.991)
Ajuste a valor presente	376	2.208	(352)	2.047	24	4.255
Transferências	(12.549)	27.355	12.549	(27.355)	-	-
Saldo em 31.12.2024	77.946	31.040	5.864	34.420	83.810	65.460

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 referente às manutenções realizadas foram de R\$36.038 (R\$58.503 em 31 de dezembro de 2024).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$1.733.585, composto por 2.962.381.424 ações ordinárias e sem valor nominal.

Cada ação confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado a reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Notas Explicativas

Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

19. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos exercícios é como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Receita de serviços prestados	583.517	540.439
Receita de serviços de construção	213.504	242.058
Outras receitas	21.578	18.479
Receita bruta	818.599	800.976
ISSQN	(29.177)	(27.023)
PIS	(3.938)	(3.647)
COFINS	(18.176)	(16.834)
Outras deduções	(618)	(234)
Receita líquida	766.690	753.238

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	31.12.2025	31.12.2024
Custos:		
Com pessoal	(42.906)	(40.947)
Serviços de terceiros	(28.460)	(32.818)
Conservação	(21.853)	(19.876)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(3.353)	(3.528)
Consumo	(6.238)	(6.925)
Transportes	(9.386)	(8.993)
Verba de fiscalização	(20.980)	(20.008)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(32)	(418)
Seguros / Garantias	(5.472)	(6.031)
Provisão de manutenção em rodovias	(33.675)	(26.232)
Custos de serviços da construção	(213.504)	(242.058)
Depreciação / Amortização	(215.182)	(186.125)
Outros	(2.446)	(1.264)
Total	(603.487)	(595.223)
	31.12.2025	31.12.2024
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	(19.930)	(19.041)
Serviços de terceiros	(3.320)	(2.828)
Manutenção de bens e conservação	(2.082)	(2.064)
Consumo	(950)	(932)
Transportes	(72)	(236)
Seguros/Garantias	(31)	(21)
Provisão/reversão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(7.383)	(1.944)
Comunicação e marketing	(273)	(320)
Indenizações à terceiros	(51)	(34)
Publicações legais	(170)	(122)
Depreciação / Amortização	(1.885)	(1.838)
Provisão para perdas esperadas	446	(579)
Outros	(1.793)	(1.199)
Total	(37.494)	(31.158)

Notas Explicativas

21. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	31.12.2025	31.12.2024
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	84.499	56.568
Atualização de créditos fiscais	199	719
Outras receitas	2.440	51
Total	87.138	57.338
	31.12.2025	31.12.2024
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(139.722)	(122.088)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(10.480)	(6.595)
Outras despesas	(4.967)	(5.128)
Total	(155.169)	(133.811)

(*) Do total dos juros de debêntures incorridos em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$141.378 o montante de R\$1.656 foi reconhecido como adição de infraestrutura em construção na demonstração de fluxo de caixa de investimento (R\$135.827 e R\$13.739 em 31 de dezembro de 2024).

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalente de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	31.12.2025	31.12.2024
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção (a)	223.634	249.524
Total das adições de imobilizado (b)	273	200
Juros capitalizados - debêntures (a)	(1.656)	(13.739)
	222.251	235.985
Aquisição (adições)	(222.251)	(235.985)
Depósitos judiciais para desapropriação	14.838	-
Fornecedores	1.208	(8.886)
Obrigações fiscais	(813)	(952)
Contas a pagar - partes relacionadas	3.376	471
Cauções contratuais	179	882
Provisão para investimentos em rodovias	3.661	(6.338)
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	(199.802)	(250.808)
Fluxo de Caixa Imobilizado	(273)	(200)
Fluxo de Caixa Intangível	(199.529)	(250.608)
Total dos Fluxos de Caixa de Imobilizado e Intangível	(199.802)	(250.808)

Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:

Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção 22.449 (14.823)

a) Vide notas explicativas nº 11 e nº 21.

b) Vide nota explicativa nº 10.

23. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro (prejuízo) por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o lucro (prejuízo) e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação.

Notas Explicativas

	31.12.2025	31.12.2024
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	56.968	(32.078)
Número de ações durante exercício	2.962.381	2.463.562
Lucro (prejuízo) por ação	0,0192	(0,0130)

Não há diferença entre lucro (prejuízo) básico e lucro (prejuízo) diluído por ação por não existir durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

			31.12.2025		31.12.2024	
	Nível	Mensuração (*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	N/A	2	267.916	267.916	476.497	476.497
Aplicação financeira	N/A	2	388.073	388.073	59.966	59.966
Contas a receber clientes	N/A	2	20.161	20.161	31.317	31.317
Contas a receber - partes relacionadas	N/A	2	9	9	1	1
Aplicações financeiras vinculadas	N/A	2	64.011	64.011	32.515	32.515
Outros créditos	N/A	2	700	700	2.577	2.577
			740.870	740.870	602.873	602.873
			31.12.2025		31.12.2024	
	Nível	Mensuração (*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Passivo						
Empréstimos partes relacionadas	N/A	2	141.354	141.354	124.000	124.000
Contas a pagar - partes relacionadas	N/A	2	10.655	10.655	6.599	6.599
Debêntures (a)	N/A	2	1.180.812	1.106.105	1.130.957	966.548
Fornecedores e cauções contratuais	N/A	2	42.123	42.123	47.762	47.762
Outras contas a pagar	N/A	2	12.668	12.668	6.467	6.467
			1.387.612	1.312.905	1.315.785	1.151.376

(a) Vide nota 12.
(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

Mensuração a valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Notas Explicativas

Já as debêntures tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

25. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, IPCA e do CDI, relativos a mútuos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de mútuos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto das debêntures a pagar sujeitas a taxas variáveis).

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	12,15%	15,19%	18,23%
Receita de aplicações financeiras	7.672	9.590	11.508
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	(18.760)	(23.096)	(27.433)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(11.088)	(13.506)	(15.925)
IPCA	4,05%	5,06%	6,08%
Juros a incorrer - Debêntures	(124.508)	(137.049)	(149.590)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(124.508)	(137.049)	(149.590)
Juros a incorrer líquido	(135.596)	(150.555)	(165.515)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 26 de dezembro de 2025, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$16.410 (R\$28.867 em 31 de dezembro de 2024) com as empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. e Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio registrados na rubrica “Contas a receber”.

Notas Explicativas

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos e debêntures é monitorada para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos.

A tabela a seguir apresenta o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (a)	Fluxos de caixa contratuais						
		Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Arrendamento mercantil a pagar	14,44%	31.892	25.242	4.799	5.851	2.664	7.002	4.926
Partes relacionadas	16,78%	141.354	141.354	-	-	-	141.354	-
Debêntures - IPCA (b)	10,85%	1.180.812	1.325.688	84.971	84.341	184.807	707.131	264.438
Fornecedores e cauções contratuais	-	42.123	42.123	25.743	16.380	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas	-	10.655	10.655	10.655	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	12.668	12.668	12.668	-	-	-	-
		1.419.504	1.557.730	138.836	106.572	187.471	855.487	269.364

(a) Média ponderada efetiva % a.a.

(b) Valor bruto dos custos de transação.

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Notas Explicativas

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários.

Em 31 de dezembro de 2025, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	150.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	244.876

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$75.390 (R\$52.287 em 31 de dezembro de 2024).

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. John Dalton, 301 - 1º andar - Techno Plaza Corporate
Edifício 2 - Bloco B
13069-330 - Campinas - SP - Brasil
Tel.: + 55 (19) 3707-3000
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Fernão Dias S.A.
Pouso Alegre - MG
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Autopista Fernão Dias S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Fernão Dias S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Repactuação da concessão da Autopista Fernão Dias S.A.

Por que é um PAA?

Conforme divulgado na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, o processo de repactuação do contrato de concessão da controlada Autopista Fernão Dias S.A. ("Autopista Fernão Dias"), conduzido por meio de leilão competitivo realizado na B3 S.A. em 11 de dezembro de 2025, teve como proposta vencedora a de Grupo Econômico não pertencente à Sociedade. Em decorrência desse processo, está prevista para abril de 2026 a transferência do controle acionário da Autopista Fernão Dias ao Grupo Econômico vencedor do leilão.

Esse assunto foi considerado um principal assunto de auditoria devido à materialidade dos valores envolvidos, ao elevado grau de julgamento requerido e à complexidade dos aspectos contratuais, regulatórios e contábeis adicionais associados à transação.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a análise dos principais instrumentos contratuais, editais e demais documentos relacionados ao processo de repactuação e ao leilão realizado; (ii) a avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas para a análise dos impactos contábeis da transação, em conformidade com as práticas contábeis vigentes; e (iii) a avaliação das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Com base nas evidências de auditoria obtidas, consideramos adequado o tratamento contábil aplicado e as divulgações realizadas nas notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

Por que é um PAA?

Conforme descrito na nota explicativa nº 19 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade possui registrado o montante de R\$583.517 mil referente à receita de serviços prestados, que representa a receita proveniente de arrecadação de pedágio.

A referida receita é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias.

O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, por meio das vias manuais (cobrança em espécie, cartões de débito e crédito nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação ("tag") fixado no interior dos veículos, bem como da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante e a coerência entre o número de eixos cadastrados no ("tag") e o número de eixos reais do veículo passante).

Nesse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial em nossa auditoria devido ao volume de transações e à dependência significativa dos sistemas de informação e estrutura tecnológica.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e teste da implementação e efetividade dos controles internos relevantes relacionados ao processo de reconhecimento de receita, incluindo a avaliação do desenho e teste de controles dos sistemas informatizados considerados relevantes, com uso de nossos especialistas de tecnologia da informação, para os quais destacamos: a) a execução de testes relacionados à segurança da informação, à gestão de acessos e à segregação de função com impacto sobre as demonstrações financeiras, incluindo testes complementares sobre evidências mitigatórias, quando aplicável; b) testes de integridade e acurácia dos relatórios utilizados para a determinação do reconhecimento de receita; ii) execução de projeções independentes com base em premissas históricas realizadas de volume de tráfego e tarifa definida e, com base no resultado obtido, comparação com os registros contábeis da Sociedade; iii) execução de teste, em base amostral, sobre as receitas de arrecadação de pedágio ocorridas no exercício, a fim de avaliar a ocorrência e exatidão das transações; e iv) avaliação das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências, não significativas, nos controles gerais de tecnologia da informação dos sistemas informatizados considerados relevantes, bem como ajustes imateriais, o que nos levou a alterar a nossa abordagem de auditoria e ampliar a extensão de nossos procedimentos inicialmente planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. Para as deficiências identificadas, a Sociedade apresentou evidências mitigatórias. A Administração, como parte de sua avaliação, decidiu não registrar os ajustes por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio aceitável no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Sociedade e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras.

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Sociedade, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 26 de fevereiro de 2025, sem modificações.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em

relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 3 de março de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da Autopista Fernão Dias S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Pouso Alegre, Estado do Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 09.324.949/0001-11, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, nos termos da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022.

Pouso Alegre, 27 de fevereiro de 2026.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Ricardo Luís da Silva
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaramos, na qualidade de diretores da Autopista Fernão Dias S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Pouso Alegre, Estado do Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 09.324.949/0001-11, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, nos termos da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022.

Pouso Alegre, 27 de fevereiro de 2026.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Ricardo Luís da Silva
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia